

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BALANÇO SOCIAL: UM INCENTIVO ATRAVÉS DO SELO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
JUÍNA-MT**

Autora: Cleide do Nascimento Américo

Orientadora: Cleiva Schaurich Mativi

JUÍNA-MT

2009

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BALANÇO SOCIAL: UM INCENTIVO ATRAVÉS DO SELO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
JUÍNA-MT**

Autora: Cleide do Nascimento Américo

Orientadora: Cleiva Schaurich Mativi

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA-MT

2009

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BANCA EXAMINADORA

Ahram Cardoso Silva Lima

Márcio Gonçalves dos Santos

Orientadora
Cleiva Schaurich Mativi

Dedico este trabalho a minha família: aos meus filhos Rogério e Ricardo, a meu esposo Carlos Roberto, a minha mãe Maria das Graças, as minhas irmãs Creusa e Cleonice pelo incentivo, e apoio recebido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado força para seguir o caminho durante esta graduação.

Agradeço imensamente à minha família, por ter me apoiado nos momentos difíceis e por ter sorrido comigo nos momentos felizes.

Aos professores que durante o curso se dedicarão e a minha orientadora, professora e mestra Cleiva Schaurich Mativi, pela dedicação com que orientou este trabalho.

Aos meus colegas, com quem compartilhei momentos agradáveis durante estes quatro anos.

Agradeço em especial a MÓVEIS GAZIN pelo incentivo universitário recebido durante o curso.

“As pessoas são mais solitárias porque constroem mais paredes do que pontes”.

(Isaac Newton)

RESUMO

O Balanço Social no seu sentido mais amplo envolve a verdadeira interação da entidade com o meio em que está inserida ou que contribui para sua existência, desta forma considera-se o meio ambiente natural, seus colaboradores, a comunidade e a economia local. No Balanço Social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida de todos. A função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre empresa, sociedade e meio ambiente. O Balanço Social tem como objetivos específicos demonstrar o atendimento às finalidades estatutárias e divulgar os projetos sociais. Revelar conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade e ainda evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população entre outros. O Balanço Social é um valioso demonstrativo contábil que cada vez mais vem sendo utilizado pelas empresas. Porém a adoção desta valiosa ferramenta exige das organizações um trabalho no sentido de tornar transparente de forma concreta todas as ações sociais e ambientais ao público interno e externo. Neste sentido o presente trabalho pretende sugerir ao poder legislativo do município, o incentivo a elaboração do Balanço Social através da criação do selo de responsabilidade social e como objetivos específicos caracterizar o demonstrativo balanço Social, com base no referencial teórico pesquisado, demonstrar sobre a relevância do Balanço Social para toda a sociedade, identificar junto ao legislativo Municipal de Juina-MT as possibilidades da criação de um selo de incentivo para a divulgação do balanço Social pelas empresas locais. A metodologia baseia-se na pesquisa bibliografia.

Palavras-chave: Balanço Social. Responsabilidade Social. Demonstrativo contábil.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

ADC	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BS	Balanço Social
CCL	Capital Circulante Líquido
CECAFÉ	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas
MT	Mato Grosso
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização mundial do Comércio
OSCIPs	Organizações Sociais de Interesse Público.
RSE	Responsabilidade Social Empresarial

LISTA DE QUADROS

Quadro 01a. Estrutura e modelo – Balanço Social segundo a metodologia IBASE ..	36
Quadro 01b. Estrutura e modelo – Balanço Social segundo a metodologia IBASE ..	37
Quadro 02. Lista de empresas que divulgam o Balanço Social no Brasil	43
Quadro 03. Regulamentações que instituem selos e certificados	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	12
1.4 OBJETIVOS	13
1.4.1 Objetivo Geral	13
1.4.2 Objetivos Específicos	13
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
1.6 JUSTIFICATIVA	14
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 CONTABILIDADE	15
2.1.1 Objeto da Contabilidade	16
2.1.2 Finalidade da Contabilidade	16
2.1.3 Campo de Aplicação da Contabilidade	18
2.1.4 Usuários da Informação Contábil	19
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	20
2.2.1 Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis	21
2.2.1.1 Compreensibilidade	21
2.2.1.2 Relevância	21
2.2.1.3 Materialidade	21
2.2.1.4 Confiabilidade	22
2.2.1.5 Representação Adequada	22
2.2.1.6 Primazia da Essência sobre a Forma	22
2.2.1.7 Neutralidade	23
2.2.1.8 Prudência	23
2.2.1.9 Integridade	24
2.2.1.10 Comparabilidade	24
2.2.3 Balanço Patrimonial	24
2.2.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	25
2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	26

2.2.6 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	27
2.2.7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	28
2.2.8 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).....	29
2.2.9 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	30
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL	30
2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ADICIONAIS.....	32
2.4.2 Balanço Social.....	32
2.4.2.1 Realidade Brasileira	34
2.4.2.2 Modelo de Balanço Social	35
2.4.2.3 Elaboração e implementação do Balanço Social	37
2.4.2.4 Regulamentação do Balanço Social no mundo.....	40
2.4.2.5 Análise das regulamentações brasileiras do Balanço Social.....	42
2.4.2.5.1 Legislação Federal sobre Responsabilidade Social	43
2.5 POLÍTICAS DE INCENTIVO PARA A PUBLICAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	44
2.5.1 Selos e Certificados	44
2.5.2 Selo de Responsabilidade social.....	44
2. BENEFÍCIOS RESULTANTES DA PUBLICAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	48
3 METODOLOGIA	49
3.1 Abordagem da Pesquisa	49
3.2 Tipo de Pesquisa.....	49
3.3 Análise da Pesquisa.....	50
4 ANÁLISES E RESULTADOS	51
5 CONCLUSÃO	55
5.1 Considerações Finais.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXOS A – LEI 8.118/1998	60
ANEXOS B – LEI 11.440/2000	62
ANEXOS C – LEI 7.687/2002	64
ANEXOS D – MODELO BALANÇO SOCIAL MPE.....	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A pesquisa tratará de demonstrar a importância da elaboração do balanço social para a sociedade, bem como, sugerir ao poder legislativo a criação de um selo de responsabilidade social, o qual será concedido às empresas que elaborarem e divulgarem seus balanços sociais. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) possui um modelo de balanço social que poderá ser seguido como exemplo, sendo adaptado às particularidades de cada entidade. Com este trabalho pretende-se também elaborar um referencial teórico sobre balanço social que possa contribuir para outros trabalhos nesta área.

A escolha do tema originou-se da preocupação em saber como as organizações empresariais, têm demonstrado sua responsabilidade social com a sociedade e o meio ambiente.

O mundo caminha cada vez mais rápido para uma globalização plena, onde as fronteiras se alargam ou são ultrapassadas muito facilmente.

Nesse contexto, as empresas têm papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É nelas que comportamentos e hábitos são criados, incentivados ou destruídos, também é nelas que conhecimentos são disseminados e ações sociais atendem diversas necessidades da coletividade. É bastante pertinente dizer que a elaboração e divulgação do balanço social seria uma ótima forma de tornar transparente sua participação social.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.10),

Embora não haja qualquer exigência legal quanto à divulgação do Balanço Social, as empresas são continuamente e crescentemente solicitadas a informarem sua política em relação ao meio ambiente, via exigência de sistema de gerenciamento ambiental, Relatórios de Impactos Ambientais, e em alguns casos têm de assumir o ônus de provar que não agredem a natureza.

1.2 Problema da pesquisa

Por não terem seus balanços sociais publicados as empresas fazem com que a sociedade não tenha conhecimento de suas situações patrimoniais e de sua contribuição na construção de uma sociedade com maior igualdade social.

Lakatos e Marconi (2004, p.78) definem problema: “Fato ou conjunto de fatos para o qual não temos explicação aceitável, pois não se adapta à nossas expectativas, ou seja, ao conhecimento prévio da área onde se situa o problema da pesquisa”.

Cientificamente, resumem Henrique e Medeiros, (1999, p.29) *apud* Boaventura (2004, p. 37), “problema significa qualquer questão não resolvida que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”.

Para esta pesquisa foi apontado o seguinte problema:

A criação de um selo de responsabilidade social contribuirá para incentivar as organizações do Município Juina-MT a elaborarem e divulgarem o Balanço Social?

1.3 Hipóteses da pesquisa

Buscando respostas ao problema foram levantadas hipóteses que serão confirmadas ou rejeitadas no decorrer da pesquisa.

Cervo e Bervian (2002, p. 86) definem:

As hipóteses têm função prática quando orientam o pesquisador, colocando-o na direção da causa provável ou da lei que se procura, ou função teórica, quando coordenam e completam os resultados já obtidos, agrupando-os em um conjunto completo de fatos e fenômenos, a fim de facilitar a sua inteligibilidade e estudo.

- ❖ Através da criação de um selo de responsabilidade social será possível incentivar as empresas locais a elaborarem e divulgarem o Balanço Social.

- ❖ A criação do selo de responsabilidade social não serve de instrumento de incentivo para que os gestores das empresas incluam o Balanço Social entre os demonstrativos contábeis a serem divulgados.

1.4 Objetivo da pesquisa

1.4.1 Objetivo Geral

Toda a pesquisa é feita para um fim específico, ou seja, com um objetivo geral.

Lakatos e Marconi (2004, p.264) escrevem:

Quem escreve um trabalho-deve sempre preocupar-se com o seguinte: o pesquisador escreve para os outros; deve, portanto, apresentar com objetividade e clareza os resultados dos dados coletados durante a pesquisa e chegar a uma conclusão.

O resultado da pesquisa deve ser equilibrado oferecendo ao interessado um trabalho válido, nesse caso, jurídico. O principal objetivo do investigador é despertar no estudante o interesse pela questão em pauta, levando-o a sentir prazer em realizar a pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Demonstrar como a instituição de um selo de responsabilidade social poderá contribuir para incentivar a elaboração e divulgação do balanço social.

1.4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- ❖ Caracterizar o demonstrativo Balanço Social, com base no referencial teórico pesquisado;
- ❖ Demonstrar a relevância do Balanço Social para as organizações;
- ❖ Pesquisar um sistema de incentivo para a divulgação do Balanço Social.
- ❖ Apresentar um modelo de Balanço Social criado pelo Ibase para ser adotado pelas empresas de Juina-MT.

1.5 Delimitação da pesquisa

Pesquisa sobre balanço social: demonstrar como o selo de responsabilidade social poderá contribuir para incentivar a elaboração e divulgação do Balanço social das empresas no Município de Juina-MT, através de uma pesquisa bibliográfica em livros, sites, artigos e periódicos.

1.6 Justificativa

O tema sobre responsabilidade social cada vez mais vem sendo discutido por ambientalistas no intuito de mostrar a parcela de responsabilidade que as empresas têm na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e da importância de ações sociais que atendam às necessidades da sociedade, visto que algumas empresas ainda não assumiram esta responsabilidade.

Alguns municípios brasileiros têm criado incentivos para o levantamento do Balanço Social pelas empresas de sua localidade, dada a importância deste demonstrativo para a sociedade como forte instrumento de responsabilidade social.

Assim sendo, justifica-se esta pesquisa, juntamente com a sua execução para despertar o interesse na elaboração e apresentação do balanço social, de acordo com o modelo proposto pelo Ibase, visando trazer benefícios para as empresas de Juina-MT, tornando assim, transparentes os seus resultados tanto para seus empregados quanto para os fornecedores, enfim, para toda a sociedade.

1.7 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, a saber: a contextualização ora apresentada; problema, hipóteses, objetivo geral e objetivos específicos, delimitação da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho estão no primeiro capítulo.

No capítulo dois consta o referencial teórico. No terceiro capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos. No quarto capítulo estão as análises dos dados coletados, por fim, o quinto e último capítulo expõe a conclusão e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Szuster *et. al.* (2008, p.17) afirmam:

A Contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades. Constitui um instrumento para gestão e controle das entidades, além de representar um sustentáculo da democracia econômica, já que, por seu intermédio, a sociedade é informada sobre o resultado da aplicação dos recursos conferidos à entidade. [...]

A Contabilidade possui a estrutura lógica conceitual fundamental nos seus princípios norteadores. A capacidade da Contabilidade e a estruturação do sistema contábil são viabilizadas por meio da elaboração de um “bom” Plano de Contas, que ordena todas as contas utilizadas pela empresa por natureza e que viabiliza a definição das áreas da empresa em que são incorridos os gastos.

Ribeiro (2009, p. 10) cita que “A contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas”.

É através da contabilidade que se torna possível mensurar qualitativamente e quantitativamente o patrimônio de uma determinada entidade. A contabilidade é regulamentada por normas próprias de acordo com as particularidades de cada segmento.

Franco (2006, p. 21) define assim contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessária à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões dentro e fora da empresa.

Marion (1989, p. 29) contribui afirmando:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão.

A Contabilidade é um conjunto ordenado de conhecimentos que, através dos tempos foi sendo aprimorado, com o intuito de prestar informações para seus usuários que buscam na contabilidade subsídios para suas tomadas de decisões.

2.1.1 Objeto da Contabilidade

Franco (2006, p. 21 e 22) escreve:

O patrimônio é o objeto da contabilidade, isto é, sobre ele se exercem as funções contábeis, para alcance de suas finalidades. Patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados à entidade econômica - administrativa, e constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos. Para alcançá-los, a administração da entidade pratica atos de natureza econômica e financeira, produzindo variações aumentativas e diminutivas na riqueza patrimonial. [...]

As variações patrimoniais são qualitativamente representadas pelos diversos tipos de receitas (também chamados ingressos) e de despesas (gastos ou saídas de bens) e quantitativamente por seus respectivos valores.

O objeto da contabilidade é, pois, o patrimônio, e em torno dele se desenvolve suas funções, como meio para atingir sua finalidade, que é a de informar e orientar a administração sobre o estado desse patrimônio e suas variações.

O objeto da Contabilidade é o patrimônio que ela estuda e controla sendo registradas todas as movimentações e variações do mesmo, com isto busca-se fornecer informações para seus usuários de acordo com suas necessidades.

A contabilidade estuda o patrimônio das empresas com a finalidade de fornecer informações aos gestores, investidores e todos os usuários da contabilidade para uma melhor tomada de decisão.

O objeto da Contabilidade é sempre o patrimônio da entidade podendo ser esta com ou sem fins lucrativos.

2.1.2 Finalidade da Contabilidade

Segundo Ribeiro (2002, p. 34-35):

A principal finalidade da contabilidade é permitir a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca de entidade.

As informações de natureza econômica compreendem, principalmente, os fluxos de receitas e de despesas, que geram lucros ou prejuízos, e as variações no patrimônio da entidade.

A contabilidade tem como finalidade registrar de maneira correta todas as variações ocorridas no patrimônio da empresa.

Franco (2006, p. 22) escreve sobre a finalidade da contabilidade:

Não é somente à administração, entretanto que interessam o controle do patrimônio e as informações, interpretações e orientação sobre sua composição e variações, mas também a terceiros, que tem interesses vinculados ao patrimônio, como investidores, fornecedores, financiadores, autoridades fiscais e demais pessoas ou entidades que mantêm relações econômicas ou financeiras com a entidade administrativa.

Os registros da contabilidade podem ser úteis tanto para a administração como para outras pessoas ou entidades que possam ter interesses em comum.

Iudícium (1998, p. 24) afirma o referido autor:

Finalidade de controle

Finalidade de planejamento

Controle pode ser conceituado como processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração. Esta, como estamos vendo, é uma conceituação bem ampla de controle, aceita pelos autores modernos, em contraste com a definição restrita, que resumia o controle a uma função quase policial dentro da empresa, única e exclusivamente.

Franco (2006, p. 22) relata:

A Contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a história na vida da humanidade. Sem ela não seria possível conhecer o passado nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer previsões para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa.

Mais relevante ainda que esse aspecto histórico, constituindo-se na finalidade mais importante da Contabilidade, é fornecer informações e orientação de caráter econômico-financeiro, sem as quais a administração da entidade não dispõe de elementos para a tomada de decisões.

A finalidade da Contabilidade é controlar as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, com seus registros e apresentação dos resultados para todos os usuários.

Desta forma os administradores podem tomar suas decisões com mais segurança. Estas informações são também de grande importância para usuários externos como financiadores, fornecedores e governo.

2.1.3 Campo de Aplicação da Contabilidade

Iudicibus (1998, p. 21) descreve sobre os campos de atuação da contabilidade:

A contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscrito as entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo.

Desta forma, nota-se que a contabilidade serve tanto para entidades públicas, quanto para privadas onde são aplicados os princípios que servem para a geração e conseqüentemente utilização de informações financeiras patrimoniais, e econômicas.

Ribeiro (2002, p. 35-36) define:

Estudar o campo de aplicação da Contabilidade significa saber em que a Contabilidade é utilizada, ou seja, em que os Contabilistas trabalham. Assim, o campo de aplicação da Contabilidade abrange todas as entidades econômico-administrativas. Entidade econômico-administrativas são organizações que reúnem os seguintes elementos: pessoas, patrimônio, titular, capital, ação administrativa e fim determinado.

São aquelas que, para atingirem seus objetivos, sejam eles econômicos ou sociais, utilizam bens patrimoniais e necessitam de um órgão administrativo, que pratica atos de natureza econômica necessárias a seu fim.

Algumas áreas de atuação da contabilidade: Contabilidade fiscal, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Perícia Contábil, Contabilidade Financeira, Análise econômico-financeira, Avaliação de projetos, Contabilidade Atuarial, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Social.

A Contabilidade estuda e controla o patrimônio dessas entidades, registrando todos os fatos nele ocorridos, para demonstrar e interpretar, a qualquer momento, seu estado e suas variações.

Franco (2006, p. 36) afirma:

Daí se depreende que não é somente às entidades coletivas, formadas pela reunião de pessoas, que interessa a colaboração da Contabilidade, mas também aos indivíduos que, possuindo um patrimônio, uma riqueza individualizada, necessitem administrá-la. O patrimônio individual, quando administrado e em constantes mutações, caracteriza também a existência de entidades econômico-administrativa, campo de aplicação da Contabilidade.

A contabilidade como ciência atua sobre todas as empresas, bem como sobre o patrimônio individual, em que ocorram mudanças regularmente e necessitem de seus princípios para registrá-los.

Berti (2001, p. 36) relata sobre campos de atuação da contabilidade:

A contabilidade fornece informações necessárias ao bom desempenho da entidade, para que esta, alcance os seus objetivos econômicos ou sociais, as entidades econômicas, com ou sem finalidade lucrativa, constituem, portanto, o seu campo de aplicação.

A contabilidade desempenha seu papel de ordem e controle até mesmo no caso do patrimônio individual. Sendo, pois, de grande importância que as pessoas saibam fazer seus orçamentos e sua contabilidade, para assim, terem ordem e equilíbrio em seus orçamentos, até mesmo nos domésticos.

2.1.4 Usuários da informação contábil

Segundo Szuster *et. al.* (2008, p. 18-19):

A coleta (obtenção), o registro e a sumarização da informação econômica visam fundamentar o processo decisório de todas as pessoas relacionadas com as entidades, tais como os administradores, os investidores, o governo, os empregados, os financiadores e toda sociedade, ou seja, aqueles que constituem os agentes econômicos internos e externos.

De acordo com o objetivo de cada usuário – decisão quanto a investimentos ou financeiros, distribuição de resultados, entre outros-, existe uma demanda da diferença de informações contábeis. Por esse motivo, podemos dividir os usuários da informação do seguinte modo:

- Acionista controlador: retorno do capital comparado com o risco, valorização da empresa, lucro e dividendos;
- Administradores: retorno do capital e do ativo, otimização dos gastos realizados, otimização das decisões futuras, lucratividade do *mix* de produtos, participação nos lucros;
- Financiadores: capacidade de pagamento, grau de endividamento;
- Governo: tributação e arrecadação de impostos, taxas e contribuições, além da formulação de diretrizes da política econômica e das atividades do judiciário e da agências reguladoras.

Os principais usuários da informação contábil são empregados da empresa que tenham interesse, por ser sua fonte de renda individual de recursos, sócios e acionistas, por interesse no retorno do investimento, administradores e outros responsáveis pelas decisões, fornecedores e financiadores, governo, e todos os interessados nas informações fornecidas pela Contabilidade.

Marion (1989, p. 24) define que “A contabilidade pode ser estudada em geral (para todas as empresas) ou em particular (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia)”.

As informações contábeis são muito relevantes para os usuários da contabilidade em suas tomadas de decisões, já que são registrados todos os fatos significativos que ocorram em seu patrimônio.

2.2. Demonstrações Contábeis

Segundo o IBRACON (NPC 27):

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Sá (2007, p. 101) define:

A expressão demonstração contábil, em sentido genérico. Significa uma peça técnica que visa a tornar evidente uma situação determinada, espelhando um sistema patrimonial de funções ou um grupo específico de fatos. Tudo o que pode interessar como conjunto de informações pode também gerar uma demonstração contábil. As demonstrações são geradas do sistema de escrituração (registros, livros e documentos).

As demonstrações contábeis são reguladas por várias normas e órgãos e servem como instrumento para a avaliação de determinada organização em um período. As empresas elaboram as demonstrações, para se ter peças relevantes para análises, que também poderão ser úteis no auxílio para posteriores tomadas de decisões, através delas é possível saber a real situação da entidade em questão.

2.2.1 Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis

CFC (2008, p. 99) sobre NBC T 1 “As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade”.

2.2.1.1 Compreensibilidade

De acordo com CFC (2008, p. 99) pela NBC T1:

Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.

Uma das principais características da demonstração contábil é a compreensibilidade, ou seja, que seja de fácil compreensão para que, quem necessite das informações contábeis não tenha grande dificuldade de interpretá-las.

2.2.1.2 Relevância

Conforme CFC (2008, p. 99) pela NBC T1:

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.

A relevância é uma das principais características da demonstração contábil, pois, para ser registrado pela contabilidade a informação deve ser importante, e útil aos gestores e demais usuários das informações contábeis.

2.2.1.3. Materialidade

Conforme CFC (2008, p. 100) pela NBC T 1: "A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância".

A característica da materialidade determina a relevância das informações, assim como a natureza de algumas informações traz consigo intrínseca a sua relevância.

2.2.1.4 Confiabilidade

Segundo CFC (2008, p.100) na NBC T 1: "para ser útil, a demonstração contábil deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar".

Outra importante característica da informação contábil é a confiabilidade, portanto as informações contábeis devem ser confiáveis, de fonte segura.

2.2.1.5 Representação Adequada

O CFC (2008, p.101) pela NBC T 1: define a forma de representação adequada:

Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar, assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam a os critérios de reconhecimento.

As informações contábeis, seguindo as Normas Brasileiras de Contabilidade, devem ser registradas de forma correta e representar de verdade as transações e eventos ocorridos que afetem o patrimônio da entidade.

2.2.1.6. Primazia da Essência sobre a Forma

CFC (2008, p. 101) pela NBC T 1 define:

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas

transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Este tópico merece destaque em virtude da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, além de ser uma característica marcante também nas normas internacionais de contabilidade.

2.2.1.7. Neutralidade

CFC (2008, p.101-102) pela NBC T 1:

Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As informações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

As informações contidas nas demonstrações contábeis devem ser neutras para que desta forma não contribua com resultados ou julgamentos pré-determinados.

2.2.1.8 Prudência

Segundo CFC (2008, p.102) pela NBC T 1:

Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer.

Quem é responsável por fornecer informações, que fazem parte das demonstrações contábeis, ao se depararem com incertezas que geralmente envolvem certos eventos e circunstâncias, devem seguir sempre o Princípio da prudência. Este princípio determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

2.2.1.9 Integridade

Segundo CFC (2008, p, 102) pela NBC T 1:

Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.

A relevância desta característica de informação se dá pelo fato de que não se pode tomar uma decisão acertada se as informações não forem completamente confiáveis e eficientes.

2.1.5.10. Comparabilidade

De acordo CFC (2008, p. 02) pela NBC T 1:

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também, ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira.

Muitos são os usuários das demonstrações contábeis, porém, para que as demonstrações contábeis sejam úteis e confiáveis devem ser seguidas as características citadas anteriormente, e ainda deve ser possível a comparação das demonstrações contábeis de uma entidade em um determinado período.

2.2.3 Balanço Patrimonial

Szuster *et. al.* (2008, p. 49) definem:

De acordo com a Lei nº 11.638/07, a empresa deverá apresentar os seguintes relatórios contendo informações acerca dos negócios das empresas:

Balanço Patrimonial (BP): evidencia situação patrimonial da entidade em determinado momento, ou seja, apresenta a estrutura patrimonial como uma fotografia dos bens, direito e obrigações de uma entidade em determinada data. Demonstra como o patrimônio está sendo financiado – passivo e Patrimônio Líquido.

O BP apresenta as aplicações recursos da entidade (Ativo) e as respectivas Origens – ou Fontes – (Passivo + patrimônio Líquido).

O Balanço Patrimonial é uma excelente maneira de demonstração contábil por meio da qual se pode saber a situação patrimonial e financeira de uma determinada entidade em determinado momento.

Segundo Ludícibus (1998, p.132):

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, dentro de determinado critérios de avaliação. Por esse motivo, é chamado "Balanço Patrimonial". É a demonstração que encerra a seqüência dos procedimentos contábeis, apresentando de forma ordenada os três elementos componentes do patrimônio: Ativo, Passivo, e Patrimônio Líquido.

No balanço estão evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade podendo assim seus usuários analisarem a real situação da empresa.

Corroborando neste sentido Franco (2006, p. 141) define assim Balanço Patrimonial:

O Balanço Patrimonial é uma demonstração sintética dos componentes patrimoniais, e nisso ele se distingue do inventário, que é uma descrição analítica e específica desses mesmos componentes.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração mais resumida, dos componentes do patrimônio, e nisso difere do inventário que é uma descrição mais detalhada e específica dos mesmos elementos.

Segundo Conselho Federal de Contabilidade – CFC pela NBC T 3.2 (2008, p; 13) é assim definido: "O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativamente, numa determinada data, a posição financeira da Entidade".

O Balanço Patrimonial serve para evidenciar quantitativamente em determinado momento a situação financeira de determinada Entidade.

2.2.4 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE:

Szuster *et. al.* (2008, p. 49) descreve:

Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE ou DEREX): mensura a riqueza gerada pela entidade para o acionista, evidenciando as receitas e

as despesas de determinado período, isto é, demonstra o lucro (ou resultado contábil) que, em última análise, pertence aos acionistas. A DRE evidencia, de forma ordenada, todas as receitas auferidas e as despesas incorridas pela entidade durante determinado período, ou seja, riqueza (resultado) gerada no período.

A Demonstração do Resultado do Exercício, como o próprio nome já diz, tem a finalidade de colocar em evidência o resultado atingido em um determinado período, podendo ser ele um resultado positivo ou negativo.

Iudícibus, Martins, Gelbcke (2007, p. 356) definem: “A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período”.

A Demonstração do Resultado do Exercício é orientada pelo CFC, NBC T 3.3.1 (2008, p. 142):

3.3.1.1 – a demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade.

3.3.1.2 – A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.

Kroetz (2000, p. 36) afirma que:

O resultado de determinado exercício é evidenciado segundo o art. 187 da Lei nº 6.404/76, que determina obedecer-se à determinação que segue: (1) a receita bruta de vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; (2) a receita líquida das vendas e serviços, os custos das mercadorias e serviços vendidos e o lucro [...]

Para complementar o Balanço Patrimonial existe a Demonstração do Resultado do Exercício que é elaborada simultaneamente com o Balanço, a DRE é formada por um relatório das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; dela irão sair as informações mais importantes aos usuários da Contabilidade que é o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo.

2.2.5 Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Segundo kroetz (2000, p. 40):

A DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando ainda sua distribuição para empregados, governos financiadores, acionistas/sócios etc.

A demonstração do valor adicionado é uma peça contábil que tem como finalidade demonstrar o valor da riqueza gerada pela entidade, bem como sua distribuição em um determinado período. Analisando o Demonstrativo do Valor Adicionado é possível saber quanto foi distribuído entre empregados, governo, financiadores entre outros.

Szuster *et. al.* (2008, p. 49) definem:

Demonstração do Valor adicionado (DVA): evidencia a riqueza gerada pela entidade, em determinado período, pertencente à sociedade, como ela é distribuída entre os empregados, o governo, os financiadores e os sócios. Portanto, valor adicionado = receita – insumos e serviços adquiridos de terceiros. Essa demonstração somente é obrigatória para as companhias abertas.

A Demonstração do valor adicionado é um instrumento contábil que as empresas têm para se colocar em evidência a riqueza gerada pelas mesmas, e, como esta foi distribuída, desta forma, todos que fazem parte da empresa tomam conhecimento destas informações.

Ribeiro (2009, p. 366) descreve:

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de Capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Através da Demonstração do Valor Adicionado pode se perceber também além da riqueza que foi gerada e distribuída, também a que não foi distribuída.

2.2.6 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

Segundo Iudícibus (1998, p.148):

As causas e os efeitos, dos registros e do saldo, da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa. Mostram as retenções de lucros, as distribuições

de lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, saldos ainda não destinados etc.

Para as pessoas interessadas em uma empresa, a demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados é de suma importância, já que a mesma mostra a distribuição de lucros aos sócios.

CFC (2008, p.143) pela NBCT 3.4 Da Demonstração de Lucros ou prejuízos Acumulados e seu conceito. “A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da entidade”.

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados é de grande ajuda para os administradores. Através de sua análise pode-se saber quais as movimentações ocorridas nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados em determinado período.

2.2.7 Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido – DMPL

Segundo Iudícibus (1998, p.149):

A elaboração dessa demonstração é facultativa para a maioria das companhias e, quando apresentada, substitui a obrigatoriedade da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. É obrigatória para companhias abertas, instituições financeiras, seguradoras e algumas outras empresas [...] tendo em vista informar resumidamente toda a movimentação ocorrida com as contas integrantes do Patrimônio Líquido com base no saldo inicial do exercício anterior até o saldo final do exercício, contendo, portanto, além da demonstração da conta Lucros ou prejuízos Acumulados, a Demonstração do que ocorreu com as demais contas do patrimônio líquido [...]

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatória para a maioria das empresas, e, quando se elabora, esta, substitui a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Podem-se citar como exemplo as companhias abertas e as instituições financeiras, que são obrigadas a apresentar esta demonstração.

Szuster *et. al.* (2008, p. 49-50) contribuem escrevendo:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as alterações do Patrimônio Líquido de uma entidade, ocorridas em determinado período [...] A rigor, a legislação obriga as empresas a fazerem apenas a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, que é uma parte da

Demonstração das Mutações do patrimônio líquido, que é exigido pela CVM para as companhias abertas. Entretanto na prática, as empresas elaboram a DMPL por ser muito mais informativa, indicando o movimento ocorrido no patrimônio do acionista.

Mesmo não sendo obrigatória a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, muitas companhias as elaboram por entenderem que é mais informativa, já que indica o movimento que ocorre no patrimônio.

É importante salientar que não é necessário fazer as duas demonstrações. Ou se faz a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou se faz a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Evidencia a mutação do patrimônio líquido ao nível global (novas integralizações de capital, resultado de exercício, ajustes de exercício anteriores, dividendos inclusive por ações, reavaliações etc.) e ao nível de mutações internas (incorporações e vice-versa etc.). (KROETZ, 2000, p. 38)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem como finalidade fornecer informações sobre alterações ocorridas no Patrimônio Líquido durante determinado período.

2.2.8 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 98) escrevem: “A DOAR procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo (capital circulante líquido – CCL) e as aplicações que consomem essa folga”.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é um fluxo financeiro que otimiza a utilização das demonstrações contábeis, colocando em destaque a origem dos recursos e onde os mesmos são aplicados.

NBC T 3.6 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS. A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade. CFC (2008, p. 145)

A Lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007 que entra em vigor em primeiro de janeiro de 2008, cujo principal objetivo é revogar e alterar as regras contábeis, trouxe algumas mudanças em relação à lei das sociedades por ações (Lei nº. 6.404/76), tais como: substituição da demonstração das origens e

aplicações de recursos (DOAR), pela demonstração do fluxo de caixa. (Lei 11.638/07, art. nº 176, IV).

2.2.9 Demonstração do Fluxo de Caixa

Szuster *et. al.* (2008, p. 50) contribuem escrevendo:

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): evidencia as transformações no caixa e equivalentes de caixa, ou seja, caixa, bancos, e aplicações financeiras disponíveis em 90 dias. [...] Tais Demonstrações Contábeis, assinadas pelo administrador – responsável legal da empresa [...]

A demonstração de fluxo de caixa mostra as mudanças no caixa e equivalentes de caixa. Percebe-se que através do fluxo de caixa fica mais fácil avaliar a capacidade da empresa de dispor de dinheiro para honrar seus compromissos.

2.3 Responsabilidade Social

Tinoco (2008, p. 115) afirma:

[...] responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados, investidores, competidores, governos e comunidades.

A Responsabilidade Social caracteriza-se pelas ações sociais que são realizadas pelas empresas em benefício da sociedade, com o intuito de construir uma sociedade mais justa, bem como, gerar um retorno positivo para a empresa.

Tinoco (2008, p. 116) afirma: “A responsabilidade pública das organizações, neste novo milênio que se inicia, deverá atender aos anseios da comunidade, que clama por programas de ações conscientes, que modifiquem o quadro de exclusão social que existe no Brasil”.

Observa-se de acordo com o autor, que as empresas têm se preocupado em desenvolver na sua comunidade ações em prol de uma sociedade melhor.

Johnston, (2002, p. 20) *apud* Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 03) afirma:

[...] as empresas são entidades extremamente visíveis e a implementação de ações socialmente positivas vem sendo cada vez mais requisitada pela sociedade. Nos Estados Unidos, existem fundos de investimento com responsabilidade social desde 1971.

O autor afirma ainda:

Em 2002, eles eram cerca de 230, com um total de US\$ 153 bilhões de recursos administrados. A pressão hoje não se intensifica para que os investimentos com preocupação social não se limitem a evitar empresas que façam o mal, mas que se direcionem para as empresas que comprovadamente fazem o bem.

Percebe-se que cada vez mais aumenta a consciência de que, se faz necessário estimular as empresas que participam ativamente da construção de uma sociedade com maior igualdade social, valorizando o material humano.

Szuster *et. al.* (2008, p. 56) definem:

[...] a responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma forma de gestão que prioriza a relação ética e transparente da empresa com seus públicos interno e externo, estabelece metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade e caracteriza-se, ainda, pela preservação dos recursos ambientais e culturais, pelo respeito à diversidade e pela promoção da redução das desigualdades sociais.

É através da responsabilidade social adotada pelas empresas que as pessoas interessadas na empresa, como os funcionários e os investidores, podem perceber se as mesmas estão preocupadas com uma economia sustentável, ou se só visam o lucro.

Faur *et. al.* (2004, p. 27) comenta sobre responsabilidade social:

Percebe-se que esta sendo cada vez mais difundida nos vários setores da sociedade a idéia de que atual situação do mundo requer atenção especial das empresas para sua dimensão social, sejam elas públicas ou privadas, pois são agentes no processo de desenvolvimento social de quaisquer pais.

A Responsabilidade Social pode ser considerada como complemento das operações das organizações, que como agentes sociais, têm papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É nelas que comportamentos e hábitos são criados, incentivados, e ações sociais que atendem diversas necessidades da coletividade.

Todas as empresas gostariam de ser admiradas pela sociedade, por seus funcionários, pelos parceiros de negócios e pelos investidores. O grande problema é estar disposto a encarar os desafios que se colocam no caminho de uma companhia realmente cidadã. O primeiro deles, segundo Vassallo (2000), é o desafio operacional. Uma empresa responsável pensa nas conseqüências que cada uma de suas ações pode causar ao meio ambiente, a seus empregados, à comunidade, ao consumidor, aos fornecedores e a seus acionistas. De nada adianta investir milhões em um projeto comunitário e poluir os rios próximos de suas fábricas ou dar benefícios e oportunidades a seus funcionários e não ser transparente com seus consumidores, ou ainda preservar florestas no Brasil e comprar componentes de um fabricante chinês que explora mão-de-obra infantil. (KRAEMER, 2004)

Nota-se que algumas empresas gostariam de ter o reconhecimento da sociedade em geral, porém, nem todas estão dispostas a pagar o preço para que isso ocorra, portanto não basta agir corretamente, se faz necessário analisar os seus “*stakeholders*” (todos que de uma forma ou de outra tem uma ligação com a entidade).

2.4 Demonstrações Contábeis Adicionais

As informações de natureza contábil são evidenciadas de diversos modos e, além das demonstrações contábeis obrigatórias, e já relacionadas anteriormente, existem outras demonstrações contábeis chamadas demonstrações adicionais.

Marion (1989, p. 458) afirma:

Além das Demonstrações Financeiras já estudadas, a contabilidade adiciona àquelas demonstrações outras informações complementares no sentido de enriquecer os relatórios evitar que (estes relatórios) se tornem enganosos. [...] As evidenciações podem estar mencionadas na forma descritiva, na forma de quadros analíticos suplementares ou em outras formas [...]

As evidenciações são uma das formas de tornar mais claras as informações contidas nas demonstrações contábeis e podem ser feitas como, notas explicativas, quadros analíticos suplementares, informações entre parênteses, comentários do editor, relatório da diretoria e outras.

2.4.1 Balanço Social

O Balanço Social é uma demonstração complementar, não obrigatória, que surgiu recentemente nas organizações.

A França foi o primeiro país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas que tenham mais de 300 funcionários a elaborar e publicar o Balanço Social. Seu objetivo principal prende-se a informar ao pessoal o clima social na empresa a evolução do efetivo; em suma, estabelecer as performances da empresa no domínio social. Este balanço, segundo o autor, é bastante paternalista, pois exclui os fatos econômicos dos fatos sociais. Na França como foi o País pioneiro no que tange a regulamentação do Balanço social toda empresa com mais de 300 funcionários tem por obrigação elaborar e publicar o Balanço Social. (TINOCO 2001 *apud* KRAEMER 2004)

Szuster *et. al.* (2008, p.56) definem:

Apesar de não haver obrigatoriedade, as empresas de forma geral apresentam outras Demonstrações Contábeis com o objetivo de melhor informar os usuários de suas informações, tornando-as mais transparentes e, via de regra, mais valorizadas pelo mercado.

Apesar de não serem obrigadas, muitas empresas já publicam seu Balanço Social por entenderem que esta é uma ótima ferramenta para tornar transparente sua atitude em relação aos funcionários, investidores e toda a sociedade.

Szuster *et. al.* (2008, p.56) definem:

A principal demonstração suplementar é denominada Balanço Social (BS), que demonstra o grau de comprometimento que a organização tem em relação à sociedade e ao meio ambiente. [...] a publicação do Balanço Social faz parte desse compromisso de gestão. A demonstração reúne informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da empresa feito com projetos e ações de responsabilidade social corporativa.

Com o Balanço Social as empresas tornam transparente seu lado social mostrando o que ela traz de benefícios à comunidade onde esta inserida

Tinoco (2008, p. 42) relata:

A elaboração do Balanço Social comporta duas fases. Na primeira o responsável designado para elaborá-lo deve promover a concepção do documento. O escopo, os meios, os objetivos a serem alcançados são definidos e planejados visando a sua elaboração. A segunda fase compreende a execução do trabalho planejado, após os ajustamentos de rotina, em que os indicadores e as fontes de informação já foram previamente definidos.

Para a elaboração do Balanço Social se faz necessário em primeiro lugar planejar, escolher qual modelo será adotado e quais indicadores serão utilizados. Após sua concepção passa-se para a fase de execução do trabalho planejado.

Kroetz (2001, p. 58) colabora escrevendo, “o Balanço Social é resultado de pressões sociais que objetivavam melhorar o processo de transparência entre as entidades e a sociedade (interna e externa)”.

O Balanço Social surge devido a pressões da sociedade que não aceitam mais que as empresas ajam sem responsabilidade perante seus funcionários e a comunidade.

Alguns historiadores afirmam que, no início dos anos 60, ocorreram pressões sociais, nos Estados Unidos da América, em decorrência da participação estadunidense na Guerra do Vietnã. Exigiam – se informações relativas à relações sociais da entidade, dentro e fora dela. Assim surgem as primeiras informações sociais, que são publicadas junto com o balanço patrimonial. (KROETZ, 2001, p. 58)

Devido a pressões sofridas pela sociedade no início dos anos 60, algumas empresas começaram a divulgar seus relatórios com informações sobre suas atividades sociais.

Kroetz (2001, p. 59) escreve “Na realidade, americanos, europeus e latino-americanos, desde o final da década de 70, desenvolveram modelos de contabilidade social, auditoria social e balanço social seguindo interesses, particularidades e culturas próprias”.

Percebe-se que cada país busca desenvolver modelos de contabilidade social, auditoria social e balanço social conforme os interesses próprios.

2.4.2.1. Realidade brasileira

Kroetz (2001, p. 60) afirma que “No Brasil, é crescente o número de entidades que revelam preocupações em demonstrar suas ações na área social e ambiental”.

[...] o Balanço Social encontrou defensores de expressão que incentivaram sua publicação, chamando atenção da comunidade política e empresaria. O sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) talvez, tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova realidade, pois lutou de forma incansável para realizar um de seus sonhos, implantar um balanço social

adequado à realidade brasileira, apoiando-se sempre no IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Social-Econômicas.

No Brasil é crescente o número de pessoas que defendem a implantação do Balanço Social e lutam para que isto se torne uma realidade.

Faur *et al.* (2004, p. 21) define assim Balanço Social:

O instrumento de comunicação que favorece a compreensão da interação de todas as partes relacionadas à empresa é conhecido como Balanço Social. Através dele, a sociedade obtém informações quanto aos gastos efetuados em programas sociais que a companhia esteja ou venha desenvolver. Os trabalhadores, parte essencial do processo produtivo, podem utilizá-lo para avaliar suas expectativas, sem contar que indicadores utilizados no balanço social podem estimular o desempenho dos empregados.

O Balanço Social quando bem elaborado pode contribuir com informações tanto aos gestores nas suas tomadas de decisões, quanto aos funcionários que através do balanço social tomam conhecimento dos investimentos na área de educação, saúde e preservação do meio ambiente, entre outras desenvolvidas pela organização. Também pode ser útil aos investidores que possuem interesses na entidade.

Este demonstrativo serve para complementar os demonstrativos financeiros, que são publicados todos os anos, porém este é destinado tanto ao público interno quanto ao externo.

2.4.2.2. Modelo de Balanço Social

O Balanço Social, desenvolvido pelas empresas, tem seguido alguns modelos de elaboração. O Ibase tem se preocupado em elaborar diversos modelos para atender variados ramos de atividades. É pertinente ressaltar que, não importa qual demonstrativo a ser desenvolvido, a contabilidade é uma fonte importante de dados pela credibilidade das informações fornecidas a partir dela.

Os modelos norteados para a elaboração do balanço social e relatório social destacam em sua proposta de estrutura a apresentação da entidade, expondo a visão, missão, princípios, valores e estratégias sócio-ambientais; o diálogo com seus stakeholders e os indicadores econômicos, sociais e ambientais. Nessa estrutura são divulgadas as ações socialmente responsáveis desenvolvidas pelas organizações e direcionadas mediante a

publicação do informe aos funcionários, clientes, fornecedores, governos, acionistas e comunidade. (TISOTT, 2009, p. 64)

O modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase é bastante simples, visando incentivar o maior número de empresas a publicar seu Balanço Social.

Torres (2008, p.25) descreve as sete categorias que organizam o Balanço Social no modelo proposto pelo Ibase.

O balanço social da empresa, elaborado segundo a metodologia do Ibase, apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que deve ser publicada e amplamente divulgada. O modelo atual é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias.

No quadro seguinte descrevem-se as sete categorias as quais fazem parte da metodologia proposta pelo Ibase:

1. Base de calculo
são apresentados 03 informações financeiras – receitas líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa.
2. Indicadores sociais internos
Indicadores sociais internos: nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos, sociais compulsórias, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxilio-creche (, participação nos lucros ou resultados e outros)).
3. Indicadores sociais externos
Aqui aparecem os investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade, com os objetivos ou interesses das corporações.
4. indicadores ambientais
São apresentados os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionados com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.
5. informações do Corpo funcional
O Balanço Social na metodologia Ibase, utiliza indicadores do corpo funcional para medir o grau de relacionamento da empresa com seu publico interno no concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários (as), valorização da diversidade – negros (as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).

Quadro 01a. Estrutura e modelo – Balanço Social segundo a metodologia IBASE

Fonte: Torres (2008, p. 25-26).

6. informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

O termo utilizado nesta parte do modelo – “cidadania empresarial” – refere-se a uma série de ações realizadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.
--

7. outras informações

Este espaço é reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.

Quadro 01b. Estrutura e modelo – Balanço Social segundo a metodologia IBASE

Fonte: Torres (2008, p. 25-26)

Para se elaborar o balanço social se faz necessário organizar os dados por categorias. Na primeira categoria organizam-se as receitas, os resultados das transações da organização, os gastos com funcionários.

Na segunda categoria a empresa devera apresentar os investimentos internos, podendo ser eles compulsórios ou voluntários, que beneficiem seus colaboradores.

Em seguida, na terceira categoria, são apresentados os investimentos em ações sociais que trazem benefícios para a comunidade em geral, através de projetos e iniciativas nas áreas de educação, combate a fome entre outros.

Logo após, na quarta categoria são apresentados os investimentos que buscam minimizar ou compensar os danos causados pela sua atividade, buscando apresentar os projetos que tem sido desenvolvido para se ter uma melhor qualidade ambiental.

Na quinta categoria apresentam-se indicadores do corpo funcional, para quantificar o grau de relacionamento da empresa com o corpo funcional, objetivando saber o percentual de funcionários por sexo, raça, etc.

Na sexta categoria mostram-se os investimentos em ações voltadas para o público, com grande ênfase no público interno. Como estão sendo distribuídos os benefícios, sendo nesta parte do Balanço Social, mostradas as práticas de gestão da responsabilidade com o meio onde está inserida a organização.

A última categoria fica destinada para a empresa apresentar todas as ações relevantes, que a mesma tem desenvolvido, que possa mostrar sua responsabilidade social.

2.4.2.3. Elaboração e implementação do balanço social

Segundo Tinoco (2001) *apud* Torres e Silva (2008, p. 39):

O processo de elaboração do Balanço Social tem como objetivo principal mostrar ao usuário da informação certa realidade econômica e social da empresa, embora esta realidade esteja sempre em estágio de avaliação. O autor afirma, ainda, que em decorrência do Balanço Social as relações entre fator capital e o fator trabalho podem ser bem mais regulados e harmonizados à medida que as forças sociais avancem e tomem posição, especialmente nos países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, onde se observa a ocorrência de um capitalismo selvagem e desumano. O Balanço Social tem sido consagrado por várias empresas como um instrumento de gestão e informação, principalmente nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido.

A elaboração do Balanço Social tem como seu maior objetivo mostrar aos usuários da informação contábil a realidade da empresa em questão.

Kroetz (2000, p. 78) descreve:

Na realidade, o Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidas aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage, no espaço temporal passado/presente/futuro.

Com o Balanço Social é possível que funcionários, dirigentes e todos ligados direta ou indiretamente às empresas, saibam como a mesma tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade e melhoria do ambiente no qual está inserida.

Kroetz (2000, p. 78) descreve :

Fase política – traduzida na tomada de consciência, por parte do corpo diretivo da entidade, da necessidade do Balanço Social como instrumento gerencial e de relações públicas; tomada de consciência da responsabilidade social da entidade. também inclui-se nesse estágio a “venda” da proposta para todo o quadro funcional, pois a construção de um bom Balanço Social depende do engajamento da totalidade do grupo organizacional.

Para que se possa elaborar com êxito o Balanço Social é necessário que todos, desde os administradores e dirigentes aos funcionários estejam comprometidos e empenhados em sua construção.

Kroetz (2000, p. 79) comenta:

Fase operacional – etapa em que se busca implantar de forma operacional a demonstração do Balanço Social, exigindo, muitas vezes, o aperfeiçoamento da estrutura sistêmica organizacional e de seus vários subsistemas, viabilizando a coleta, o tratamento a geração de informações.

Nesta fase se faz as coletas de dados que serviram para se preencher Balanço Social.

Kroetz (2000, p. 79) descreve:

Fase de gestão – mediante a integração dos novos objetivos sociais no negócio, durante a qual o Balanço Social passa de simples instrumento de informação para instrumento de apoio a gestão. Nessa fase, adicionam-se os objetivos sociais e ecológicos aos objetivos econômicos, afetando o processo da tomada de decisão nos diversos níveis da entidade, transformando-se em subsídio para o planejamento estratégico.

Nesta fase os gestores têm a oportunidade de analisar se os objetivos estão sendo atingidos, e acrescentar outros objetivos aos já propostos.

Fase de avaliação – etapa em que são avaliados os procedimentos utilizados na preparação e comunicação das informações, bem como a influência que as mesmas exerceram na tomada de decisão e implantação de novas posturas administrativas, identificadas com a responsabilidade social e ecologicamente correta. É a fase da retroalimentação do sistema, reavaliando todos os procedimentos, informações, implementações e resultados, oriundos da análise do Balanço social

Durante o processo de elaboração são utilizados vários procedimentos. Neste momento faz-se a análise de todos os dados coletados, é durante esta fase que são traçados os objetivos.

Para a elaboração do Balanço Social deve haver a participação de três departamentos dos quais são coletados os dados para se preencher o Balanço Social.

Tinoco (2008, p. 38) cita:

Departamento de pessoal: este setor envolve-se com os assalariados desde sua admissão na empresa até seu desligamento. Tem, portanto participação em tudo o que se refere à movimentação, planejamento, controle, comportamento, evolução, treinamento, formação e desenvolvimento etc. [...] Fornece informações sobre os assalariados tanto no âmbito interno, para fins de gestão, como externamente, para cumprimento de legislação, tal como a Lei dos 2/3 e a Lei 4.293. Seu envolvimento na elaboração do Balanço social é por demais óbvias.

Percebe-se então, que neste departamento todas as movimentações no quadro funcional, são por ele analisadas e registradas, desde a contratação até ao desligamento da empresa.

Tinoco acrescenta :

Departamento de contabilidade: é o encarregado na empresa de registrar os atos e fatos administrativos mensuráveis financeiramente. E o departamento que elabora e divulga os relatórios contábeis, como balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das origens e aplicação de recursos e outros relatórios gerenciais. [...].

O autor escreve ainda:

Departamento de informação contábil: os objetivos de um sistema de informação contábil podem ser resumidos como: 1- Prover informações monetárias e não monetárias destinadas às atividades e decisões dos níveis: operacional, tático e estratégico da organização, bem como para os usuários externos da organização; 2- Constituir-se na peça fundamental do sistema gerencial da entidade.

Observa-se que o sistema de informação é uma ferramenta importante para se conseguir produzir informações, sintéticas ou analíticas, para se construir um Balanço Social. Portanto, é de suma importância a interação entre os três departamentos, para se elaborar o Balanço Social.

2.4.2.4. Regulamentação do Balanço Social no mundo

Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 27) comentam:

O Balanço Social é um demonstrativo utilizado em todo o mundo, e sua publicação vem sendo muito incentivada por Países desenvolvidos e em desenvolvimento. Porém, três Países se anteciparam ao restante e efetivamente já criaram regulamentações de âmbito nacional sobre o balanço social, sendo eles: França, Portugal e Bélgica. Nestes três Países, o balanço social é voltado predominantemente para a relação capital-trabalho.

O Balanço Social evidencia a responsabilidade social da organização, pois através dele são divulgadas as ações sociais, como investimento em educação, esporte, cultura entre outras como ações ligadas ao meio ambiente.

- Balanço social no mundo

Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 27) afirmam:

A França merece destaque, pois foi o primeiro país a desenvolver uma legislação acerca do balanço social, através da lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977. Esta lei obriga todas as empresas francesas, públicas ou privadas, que possuam mais de 299 empregados, a elaborar anualmente o balanço social. E este é dividido em sete partes: emprego; remuneração e encargos sociais, condições de higiene e segurança; outras condições de trabalho; formação profissional; relações profissionais; e outras condições de vida dependentes da empresa.

Entre os primeiros Países a elaborarem o Balanço social, a França merece destaque, pois foi o primeiro país a elaborar uma lei a fim de regulamentar a elaboração do balanço social pelas empresas. E logo foi seguida por outros Países como Portugal e Bélgica entre outros.

- Regulamentação do balanço social em Portugal

Segundo Ferreira, Siqueira, Gomes (2009, p. 28):

O balanço social português foi instituído através da Lei nº 141 de 1985, mas somente após o Decreto-lei nº 9/92 tal demonstrativo passou a dar mais ênfase às ações sociais da empresa em relação à melhoria de vida da comunidade. Espelhado no balanço social francês, o exigido por Portugal está dividido em cinco partes: emprego; custos com pessoal; higiene e segurança; formação profissional; e proteção social complementar.

O modelo do balanço social português foi elaborado seguindo os mesmos critérios do balanço social francês.

Corroborando também neste sentido Tinoco (2008, p.132) descreve:

Após vários estudos e tentativas para a implantação do balanço Social em Portugal o grupo parlamentar de ex-Asdi (Ação Social Democrata Independente), apresentou um projeto de lei na Assembléia da Republica, objetivando a elaboração do Balanço Social pelas empresas com pelo menos 200 funcionários. Essa iniciativa foi vitoriosa, culminando na Lei nº 141/85, de 14 de novembro de 1.985, que aprovou a implantação do Balanço Social em Portugal, com vigência a partir de 1996, para as empresas públicas, as empresas participadas e as empresas que tenham 500 ou mais trabalhadores a seu serviço, conforme o art. 7º da Lei.

Em Portugal desde 1985 existe a Lei 141/85 sobre a elaboração do balanço social das empresas públicas, das participadas e as que em seu quadro de colaboradores tenham mais de 500 trabalhadores.

Freire e Rebouças (2001) *apud* Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, 28) afirmam:

O balanço social, na Bélgica, foi regulamentado por intermédio de um decreto real instituído em 4 de agosto de 1996. A versão completa do demonstrativo belga se divide em quatro categorias; estado das pessoas ocupadas, movimento do pessoal durante o exercício, informações sobre manutenção e criação de emprego e formação dos trabalhos durante o exercício. O balanço social belga contempla apenas quatro categorias.

2.4.2.5. Análise das regulamentações brasileiras do Balanço Social

De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), (2000, p. 31) *apud* Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 28):

O balanço social deve ser elaborado em função de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos humanos, Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e Benefícios e contribuições à Sociedade em geral. O Balanço Ambiental apresenta a relação entre a empresa e os recursos naturais, informando gastos com preservação e proteção ambiental, passivo ambiental, e outros, Já o Balanço de Recursos Humanos demonstra o perfil dos trabalhadores da empresa, remuneração e benefícios concedidos, gastos com treinamentos, e outros. A DVA evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, bem como a forma como distribui essa riqueza. E na quarta vertente mensura-se a participação da empresa na mitigação das discrepâncias sociais.

Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 25) escrevem sobre as regulamentações do Balanço Social:

Foram identificadas dez regulamentações brasileiras que fornecem padrões para o desenvolvimento do Balanço Social: no âmbito das normas de contabilidade, a NBC T 15 e a Resolução CRC-RJ 292/2001; na esfera federal, o projeto de Lei nº 32/1999 (em substituição ao projeto de Lei nº 1.305/2003; na esfera estadual, a Lei nº 11.440/2000 do Rio Grande do Sul, a Lei nº 7.687/2002 do Estado do Mato Grosso, e a Lei nº 2.843/2003 do Estado do Amazonas; e na esfera municipal, a Lei nº 7.672/1998 de Santo André (SP), a Lei nº 8.118/1998 de Porto Alegre (RS), alterada pela Lei nº 8.197/998, a Lei nº 9.536/2004 de Londrina (PR)).

No Brasil existem alguns regulamentos que servem como padrão para elaboração do balanço social inclusive no Estado do Mato Grosso com a Lei 7.687/2002, constante no anexo C, a qual estabelece critérios para se elaborar o Balanço Social e quais as vertentes que o mesmo deve contemplar para se receber o selo de responsabilidade. Além dos critérios a serem seguidos, é necessário observar o prazo para entrega do Balanço Social. Contudo, há empresas que mesmo que preencham todos os requisitos não podem receber o selo de

responsabilidade social, como é o caso de empresas de cigarros e bebidas alcoólicas e também aquelas que explorem trabalho infantil ou a mulher.

2.4.2.5.1. Legislação Federal sobre Responsabilidade Social

A legislação federal sobre a responsabilidade social e balanço social das empresas tramita no Congresso desde 1997 e, até a presente data, não foi aprovada.

Apesar da legislação brasileira não estar atualizada, o mercado internacional e as exigências cada vez maiores dos países e dos organismos que tratam questões referentes ao trabalho e ao comércio mundial (Organização Internacional do Trabalho, OIT e Organização Mundial do Comércio, OMC) já impõem urgente mudança de postura por parte dos nossos empresários. Neste processo, caso não se adequem, as empresas ficarão fora deste mercado. (SIAI. Org.)

Não há ainda, na esfera federal, lei que torne obrigatória a elaboração e divulgação do Balanço social e responsabilidade social. Porém, por incentivo de alguns Estados e Municípios, algumas empresas elaboram e publicam seus balanços sociais.

Algumas empresas que divulgam seus Balanços Sociais:

1. Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S/A – www.afluente.com.br
2. Belcar Caminhões e Máquinas – www.belcartrucks.com.br
3. Brasilcap Capitalização S/A – www.brasilcap.com
4. Celpe – Cia Energética de Pernambuco – www.celpe.com.br
5. Cenibra – Celulose Nipo Brasileira S/A – www.cenibra.com.br
6. Cia de Seguros Aliança do Brasil – www.aliancadobrasil.com.br
7. Coelba – Cia de Eletricidade do Estado da Bahia – www.coelba.com.br
8. Copagaz Distribuidora de Gás Ltda – www.copagaz.com.br
9. Copel – Cia Paranaense de Energia Elétrica – www.copel.com
10. Copel Distribuição S/A – www.copel.com
11. Copel Geração S/A – www.copel.com
12. Copel Telecomunicações S/A – www.copel.com/hpcopel/telecom
13. Cosern – Cia Energética do Rio Grande do Norte – www.cosern.com.br
14. Dori Alimentos – www.dori.com.br
15. Iesa Óleo e Gás S/A (Consolidado) – www.iesa.com.br
16. Itapebi Geração de Energia S/A – www.neoenergia.com
17. Jalles Machado S/A – www.jallesmachadosa.com.br
18. Laboratório Neo Química Com. e Ind. Ltda – www.neoquimica.com.br
19. NC Energia S/A – www.ncenergia.com.br
20. Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A – www.petrobras.com.br
21. Plano Serviços Técnicos Profissionais Ltda – www.grupoplano.com.br
22. Plano Vigilância e Segurança Ltda – www.grupoplano.com.br
23. Termope – Termopernambuco S/A – www.termope.com.br
24. Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Alcool – www.usinaestiva.com.br

(*) Esta lista está em construção, sujeita a alterações.

Quadro 02. Lista de empresas que divulgam o Balanço Social no Brasil.

Fonte: www.balancosocial.org.br/

2.5. Políticas de incentivo para a publicação do Balanço Social

2.5.1. Selos e certificados

Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 36) comentam sobre selos e certificados:

Estes selos e certificados são uma forma de incentivo, criada pelas regulamentações que não instituem a elaboração do balanço social como obrigatória. É uma forma de despertar o interesse das empresas para a preparação de seu relatório social, pois para muitas empresas é importante vincular o selo/ certificado de empresa cidadã à imagem da organização.

Algumas Leis estaduais definem a emissão destes selos e certificados:

Esfera	Regulamentação	Selo /certificado
Contábil	Rio de Janeiro - Resolução CRC	Certificado de Responsabilidade social (CRC)
	RJ nº 0292/2001	
Estadual	Amazonas - Lei nº 2.843/2003	Certificado de Responsabilidade Social (AM)
	Mato Grosso - Lei nº 7.687/2002	Certificado de Responsabilidade Social (MT)
	Rio Grande do Sul - Lei nº 11.440/2000	Certificado de Responsabilidade Social (RS)
Municipal	Londrina - Lei nº 9.536/2004	Selo de Cidadania da Câmara Municipal e Londrina
	Porto Alegre - Lei nº 8.118/1998	Selo de Cidadania de Porto Alegre
	Santo André - Lei nº 7.672/1998	Selo Empresa- Cidadã de Santo André

Quadro 03. Regulamentações que instituem selos e certificados.

Fonte: Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p. 37).

Alguns Estados e Municípios já instituíram leis, para certificarem as empresas, que por iniciativa própria, sem obrigatoriedade, elaboram e divulgam seus balanços sociais. Isto serve como incentivo para que outras empresas sigam o exemplo.

2.5.2 Selo de Responsabilidade Social

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pela Lei 7.687 de 25/06/2002, criou o Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso, de autoria dos deputados José Riva, Humberto Bosaipo e Eliene Lima, que promove o reconhecimento público das instituições, empresas, órgãos públicos e OSCIPs – Organizações Sociais de Interesse Público.

No âmbito estadual foi instituída a Lei 7.687/2002 a qual certifica as empresas do estado, que apresentem seu balanço social, promovendo assim um reconhecimento das mesmas por parte da sociedade já que elas poderão utilizar este selo em suas propagandas e divulgações.

Ações contempladas na Lei 7.687/2002.

A Comissão Mista de Responsabilidade Social de Mato Grosso divulgou em agosto de 2009 a relação de empresas do estado do Mato Grosso que possuem certificados de Responsabilidade Social:

Associação Brasileira Profissionalizante, Cultural e Preservação do Meio Ambiente, Açofer, Bi metal, Farmácia Biológica, BPW Cuiabá, Brasil Telecom, Rede/Cemat, Conselho Regional de Contabilidade, CREA, Farmácia Nossa Senhora de Fátima, Grupo Amaggi, Grupo Cometa Motos, MT Fomento, O Boticário, Refrigerantes Marajá, SESI, SESC, SENAI, Supermercado Modelo, Unic, Unimed Cuiabá, Unimed Vale do Sepotuba, Unitas Tangará da Serra, Usinas Itamarati, Agro - Amazônia, Data Manager, DCP Máquinas e Veículos, Fiagril Participações, Fundação Apeiara, Instituto Desportivo da Criança, Renosa Bebidas, Senar-MT, Sociedade Caritativa e Humanitária, Tractor Parts, Usinas Barralcool, Vitória Régia Água Mineral.

Percebe-se que algumas empresas no Estado do Mato Grosso já possuem o certificado de responsabilidade social, por apresentarem seus Balanços sociais atendendo todos os requisitos propostos pela Comissão Mista de responsabilidade Social de Mato Grosso. No ano de 2009 foram recebidos trinta e três Balanços Sociais sendo todos eles certificados

De acordo com o histórico divulgado pela comissão, cinco empresas foram certificadas em 2006, enquanto que, em 2007, esse número subiu para dezoito. No ano passado, vinte e quatro empresas receberam o selo e, neste ano, trinta e três foram certificadas. Nestes quatro anos de trabalhos da Comissão Mista, oitenta empresas foram certificadas.

Através da divulgação feita pela Comissão Mista de Responsabilidade Social percebe-se que tem aumentado o número de empresas a divulgarem o Balanço Social no estado do Mato Grosso.

Conforme informações extraídas do site balanço social:

O selo social foi lançado em 1998 quando o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises sociais e Econômicas (Ibase), começou a desenvolver uma campanha para chamar a atenção de empresários e da sociedade para a relevância do balanço Social, utilizando uma planilha de "modelo simples e único". Os selos são fornecidos apenas para as empresas que publicam seu Balanço Social no modelo proposto pelo Ibase.

Por meio deste selo a empresa estará divulgando que possui investimentos na área social, demonstrando que está disposta a ser uma empresa-cidadã comprometida com a sociedade.

Restrições para se obter o selo:

A restrição para a obtenção do selo é para as empresas que trabalham com cigarro/fumo, bebidas alcoólicas ou que estejam envolvidas com a exploração de trabalho infantil; nesses casos específicos o selo não será concedido. (BALANÇO SOCIAL.ORG)

Conforme informações extraídas do site balanço social:

Outro selo bastante conhecido é o selo Empresa amiga da criança, fornecido pela fundação Abrinq, que pode ser utilizada em embalagens e campanhas realizadas pela empresa. Este selo prima pela não utilização do trabalho infantil pela empresa e seus Fornecedores. Ao contrário, a organização merecedora deste selo devera estar desenvolvendo programas de melhoria de vida para crianças.

É importante destacar que existem institutos e algumas organizações estaduais e municipais que podem conceder este tipo de selo, a exemplo da Lei nº7.687/2002 do estado de Mato Grosso que criou o Certificado de Responsabilidade Social (MT).

Art. 2º Para fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício contábil, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente

A seguir estão dispostos alguns itens contemplados na Lei 7.687/2002:

§ 2º. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão: setor privados e ONGS:

I - impostos: taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta: valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III - condições de pagamentos: higiene e segurança do trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamatória trabalhista;

IV - alimentação: restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação: treinamento, programa de estágio, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com educação e treinamento de empregados e seus familiares;

VII - aposentadoria: planos especiais de previdência privada, tais como fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados ;

IX - contribuição para a sociedade: investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação;

X - defesa civil, pesquisa, obras públicas e outros gastos sociais na comunidade e preservação do meio ambiente, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário.

XI - investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

No balanço social deveram constar ações praticas pelas empresas como algumas das citadas anteriormente. A Lei 7.687/2002 traz todos os requisitos para se receber o selo de responsabilidade social bem como, o prazo de entrega do Balanço Social a ser analisado pela Comissão Mista de Responsabilidade Social do Mato Grosso.

Um exemplo de selo de responsabilidade social é o adotado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil.

O Selo CECAFÉ de Responsabilidade Social & Sustentabilidade é um estímulo para que o mercado tenha um número cada vez maior de empresas que empreendam esforços no campo social colaborando para a conscientização de toda a comunidade sobre a importância da sustentabilidade da cadeia do café. (CECAFÉ, 2009)

Através do selo de responsabilidade social CECAFÉ busca-se incentivar as indústrias cafeeiras exportadoras a investir cada vez mais em ações sociais colaborando para a conscientização de toda a comunidade sobre a importância da sustentabilidade da cadeia do café. Trazendo assim benefícios para seus funcionários, acionistas em fim toda a comunidade onde estão inseridas.

Art.13° - O associado compromete-se a envidar todos os esforços para ter uma gestão socialmente responsável e sustentável

Art.14° - O associado se empenhará em conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.

Art.16° - O associado apóia e incentiva os projetos sociais desenvolvidos no âmbito do CECAFÉ

Art.17º - O associado compromete-se a seguir detalhadamente o regulamento de uso do Selo CECAFÉ de Responsabilidade Social & Sustentabilidade.

2.6 Benefícios resultantes da publicação do Balanço Social

Algumas empresas já estão se preocupando com a necessidade de desenvolverem em suas atividades a responsabilidade social pois, percebe-se que através destas atitudes as mesmas conseguem um diferencial junto a comunidade por ser uma entidade que participa de projetos que beneficia seus funcionários como com auxilio a creche, programa de erradicação do trabalho infantil entre outras ações sociais.

Quem se beneficia com a responsabilidade social, segundo Orchis *et. al.* (2002) *apud* Levek *et. al.* (2002, p. 06):

A prática da Responsabilidade Social de forma correta pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade da empresa a médio e longo prazos, proporcionando, dentre outros fatores, valor agregado à imagem corporativa; da empresa; motivação do publico interno; posição influente nas decisões de compras;vantagem competitiva; influência positiva na cadeia produtiva; reconhecimento dos dirigentes como líderes empresariais e melhoria do clima organizacional

Observa-se, portanto, que muitos são os beneficiados com a pratica da responsabilidade Social como, por exemplo: Clientes: com melhores produtos, preços competitivos, e qualidade dos produtos. Funcionários: com ambiente de trabalho, motivação para trabalhar. Administradores: melhor gerenciamento, maior controle, delegação. Comunidade: recrutamento, doações parcerias. Governo: arrecadação, parcerias em projetos.

Além desses benefícios, pode-se identificar ainda a diminuição de conflitos e processos, a valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade do consumidor, maior capacidade de recrutar e manter talentos, sustentabilidade do negócio no longo prazo e acesso a mercado e capitais diferenciados.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem da Pesquisa

Cervo e Bervian (2002, p. 35) definem o método dedutivo:

A dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal, e o ponto de chegada é o conseqüente, que afirma uma verdade menos geral ou particulares contidas implicitamente no primeiro.

O método utilizado nesta pesquisa foi o dedutivo. A exemplo do vem ocorrendo em alguns Estados e Municípios, o incentivo com a criação do Selo Responsabilidade poderá ser desenvolvido em outros municípios inclusive em Juina-MT.

O método dedutivo parte da idéia de uma verdade particular que está contida nas verdades universais.

Silva (2008, p. 35) define o método dedutivo:

Transforma enunciados universais em particulares. O ponto de partida é a premissa antecedente, que tem valor universal, e o ponto de chegada é o conseqüente (premissa particular).

A dedução já está implícita nos princípios e sua forma mais importante é o silogismo, composto de três juízos ou proposições: duas premissas, maior e menor, e uma conclusão.

O método dedutivo permite estudar os casos de uma forma geral para particular.

3.2 Tipo de pesquisa

Gil (2008, p. 44) define assim pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Na primeira etapa da pesquisa, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica fundamentada em livros, revistas científicas e *sites* especializados no tema deste trabalho. A princípio elaborou-se uma abordagem geral da fundamentação teórica acerca do conceito de contabilidade, seus usuários, campo de ação da contabilidade, demonstrações contábeis, Demonstração Contábil Adicional, Balanço Social, sua origem, modelo de Balanço Social, as Leis que regulamentam a elaboração do Balanço Social, Leis que incentivam a elaboração e divulgação do Balanço Social, modelo de Balanço Social, Estados e Municípios que possuem o selo de responsabilidade social, empresas que divulgam seu Balanço Social.

Na segunda etapa da pesquisa buscou-se contato com os representantes políticos do município de Juina-MT. no intuito de conhecer sobre a possibilidade da criação do selo de responsabilidade social no município, a exemplo do que já ocorre em diversos municípios do País, como uma forma de incentivar a elaboração do balanço social pelas empresas locais.

Foram realizadas visitas *in loco*, visando sensibilizar o poder público para a implantação de políticas de incentivo à elaboração e divulgação do balanço social, sugerindo-se a criação do selo de responsabilidade social.

3.3 Análise da pesquisa

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 38) define: “a análise é decomposição de um todo em suas partes.”[...] “análise é o processo que parte do mais complexo para o menos complexo”.

A seguir, diante das informações contidas no referencial teórico procedeu-se a uma análise crítica sobre o tema de pesquisa, almejando responder ao seu problema, verificando-se a aderência aos objetivos propostos e a adequação das hipóteses formuladas.

Como último passo formulou-se a conclusão da pesquisa e recomendações para trabalhos futuros, envolvendo esta temática.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Com o intuito de estudar e compreender qual o papel social da contabilidade, e também responsabilidade social, balanço social, políticas de incentivo à elaboração e divulgação do balanço social, selo de responsabilidade social e apresentar os Estados com o Certificado de Responsabilidade Social, desenvolveu-se esta pesquisa.

São exemplos de certificados de responsabilidade social e ambiental: o Certificado de Responsabilidade (MT) que é regulamentado pela Lei nº 7.687/2002 do Mato Grosso, Certificado de Responsabilidade Social (AM) Amazonas Lei nº 26843/2003, Certificado de Responsabilidade Social (RS) Lei nº 11.440/2000, Municípios de Londrina com a Lei nº 9.536/2004, Selo de Cidadania da câmara Municipal de Londrina, Porto Alegre com a Lei nº 8.118/1998 Selo de Cidadania de Porto Alegre e Santo André com a Lei 7.672/1998 com o selo da empresa – Cidadã e Santo André. Todos são exemplos de implantação do balanço social como instrumento de divulgação e transparência das atividades das empresas.

A contabilidade é um instrumento para se mensurar qualitativamente e quantitativamente o patrimônio das entidades, é através dela que se verifica, registra e controla todas as alterações ocorridas no patrimônio das entidades, seguindo as particularidades de cada segmento. Através destes registros e controles é possível fornecer informações aos usuários da contabilidade.

Muitas são as áreas que se beneficiam da contabilidade para as tomadas de decisões, tanto no setor público quanto no privado, e até mesmo sobre o patrimônio individual, quando ocorrem mudanças.

De acordo com CFC na NBC T 1 as informações contábeis devem ser compreensíveis a todos os usuários que necessitem das informações registradas pela contabilidade, também devem conter somente informações que sejam relevantes, esta relevância muitas vezes se dá pela sua materialidade.

É pertinente dizer que as informações devem ser confiáveis e representadas de forma adequada e sendo assim devem ser neutras para que não contribuam com resultados ou julgamentos pré-determinados. É importante salientar que se deve sempre usar o princípio da prudência nas informações contábeis que determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os

componentes do passivo. A integridade das informações é de suma importância já que servem como parâmetro para muitas tomadas de decisões e possíveis comparações das demonstrações contábeis de uma entidade em um determinado período.

Algumas demonstrações contábeis são exigidas por leis, como é o caso do Balanço Patrimonial que serve para evidenciar a situação patrimonial da entidade em um determinado momento. Pode-se citar também como obrigatória a Demonstração do Resultado do Exercício, que demonstra se, determinada organização obteve lucro ou prejuízo em um determinado período.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é obrigatória e muito importante para os interessados na empresa, já que, a mesma demonstra como são distribuídos os lucros aos sócios entre outras demonstrações.

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é exigida por Lei para a maioria das empresas, e, quando se elabora, esta substitui a demonstração dos Lucros ou prejuízo Acumulados.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) coloca em evidência de onde vieram os recursos que aumentam a folga que a empresa tem em relação ao capital circulante líquido e as aplicações que consomem esta folga. Com a Lei 11.638/07, art. nº 176, IV, houveram algumas alterações como a substituição da Demonstração das Origens de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) evidencia as mudanças no caixa e equivalentes de caixa.

Também faz parte das demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado que serve para evidenciar a riqueza gerada pela empresa, e como esta foi distribuída, e até quanto não foi distribuída. Elaborando-se esta demonstração tornam-se do conhecimento de todos os interessados na empresa, quanto foi distribuído entre empregados, governo, financiadores entre outros.

As evidenciações são formas de tornar transparentes as informações contidas nas demonstrações contábeis e estas podem ser feitas de diversas formas, como notas explicativas, quadros analíticos suplementares, informações entre parênteses, comentários do editor e relatório da diretoria entre outras.

Tendo a contabilidade uma função social, além das demonstrações contábeis obrigatórias existem algumas demonstrações adicionais, como é o caso do Balanço Social que serve para evidenciar a responsabilidade social das

entidades com os elementos que a cercam, como seus colaboradores, seus acionistas seus fornecedores, seus clientes enfim toda a sociedade na qual esta inserida incluindo o meio ambiente.

A consciência de responsabilidade social surgiu devido às pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais e de direitos humanos. A responsabilidade social se caracteriza pelas ações sociais que são desenvolvidas pelas organizações em favor da sociedade visando à construção de uma sociedade com maior igualdade social, gerando assim resultados positivos para a mesma.

Observa-se através de pesquisas bibliográficas que no âmbito mundial já existem alguns países como a França, Portugal e a Bélgica entre outros, que já possuem uma preocupação que vai além da de gerar empregos, pagar impostos e obedecer às leis, busca-se uma legislação que de prioridade para um desenvolvimento sustentável com mais qualidade de vida. Esta tomada de consciência esta ocorrendo por perceberem que a responsabilidade social pode ser considerada como um complemento das operações das organizações, que como agentes sociais, podem influenciar na construção de uma sociedade com menos desigualdades sociais, já que é nela que hábitos e comportamentos são desenvolvidos, incentivados e ações sociais atendem a diversas necessidades da coletividade.

Neste contexto percebe-se que muitas empresas até simpatizam com o tema de responsabilidade social, visando um reconhecimento da sociedade em geral, porém, nem todas estão dispostas a pagar o preço para se adequar e agir conforme pede o tema proposto.

Durante muito tempo as atividades econômicas foram desenvolvidas sem a preocupação com o meio ambiente no qual estava inserida. As atividades econômicas se expandiram expansivamente devido o crescimento populacional, dado a necessidade de interesses próprios. Países como é o caso da França, são um mercado consumidor. Porém, com este aumento, cada vez mais se torna necessária a descoberta de novas tecnologias para satisfazer a demanda do mercado. Com isso atualmente existem muitos problemas ambientais, como os casos de rios e terras que podem se tornar totalmente improdutivas ou inabitáveis em consequência dos dejetos poluentes despejados por empresas que estavam (ou estão) ali localizadas.

A contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro de determinada organização, possui os instrumentos que são necessários para ajudar a identificar o quanto de investimento as organizações estão aplicando em atividades ligadas a responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social. Para se elaborar o Balanço social se faz necessário que a empresa invista em ações ligados a educação, cultura, saúde entre outras ações que beneficiem seu público interno e externo.

Para se elaborar o Balanço Social, primeiro é necessário se planejar, definir quais objetivos a atingir e qual modelo será adotado. Feito isto se passa para a fase de execução.

Nota-se que não existe uma padronização do Balanço Social, e os países que já possuem leis que tornam obrigatória a elaboração do Balanço social buscam desenvolvê-lo mesmo que não contemplando todas as vertentes.

Com o intuito de incentivar a responsabilidade social alguns estados e municípios têm desenvolvido políticas que colocam em destaque as empresas que evidenciam suas responsabilidades sociais para com a sociedade em geral. Pode-se citar como uma das formas de incentivo os chamados Selo de Responsabilidade Social que são conferidos as empresas que elaboram e publicam seu balanço social anualmente.

Durante a pesquisa notou-se que os casos em que foram criados este tipo de incentivo têm aumentado a cada ano o número de empresas que passaram a elaborar e divulgar seu Balanço Social e que são premiadas como é o caso do selo de responsabilidade social (MT) instituído através da - Lei nº 7.687/2002 do Mato Grosso. Certificado de Responsabilidade social (CRC) criado pela Resolução CRC - RJ nº 0292/2001.

5 CONCLUSÃO

O Balanço Social é um instrumento novo que serve para as empresas demonstrarem as ações que tem feito no âmbito social e ambiental. A partir deste estudo percebe-se que a responsabilidade social esta direcionada a uma atitude empresarial ético e responsável.

As empresas têm o dever de assumir compromissos com atitudes éticas em suas relações com seus stakeholders (clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, governo, sociedade, meio ambiente).

Como foi possível verificar, em alguns estados e municípios pesquisados, é possível incentivar a publicação do Balanço Social, tendo como modelo o padrão do lbase, pois é um modelo muito flexível e cada empresa poderá adequar o Balanço às suas particularidades.

Analisando os trabalhos desenvolvidos pelos municípios, conclui-se que mesmo não havendo obrigatoriedade, com o incentivo recebido do poder público, muitas empresas já têm elaborado seu balanço social, e isto pode ser considerado como um grande avanço, gerando assim resultados positivos junto à comunidade.

Diante deste conhecimento conclui-se que políticas de incentivo à Responsabilidade Social são importantes agentes de transformação da consciência da sociedade em geral, bem como são fatores de exteriorização da proposta, missão e valores que a empresa tem para com a sociedade.

Assim, entende-se que este trabalho respondeu ao problema de pesquisa, atingindo os objetivos propostos, sendo que foi comprovada a primeira hipótese, ou seja, a criação de um selo de responsabilidade social torna possível incentivar as empresas locais a elaborarem e divulgarem o Balanço Social, como já vem ocorrendo com o selo de responsabilidade social (MT) onde em dois mil e seis premiaram-se cinco empresas, em dois mil e sete premiaram-se dezoito empresas, em dois mil e oito foram premiadas vinte e quatro empresas e em dois mil e nove foram trinta e três as empresas premiadas, portanto, rejeitada a segunda hipótese que afirma que criação do selo de responsabilidade social não serve de instrumento de incentivo para que os gestores das empresas incluam o Balanço Social entre os demonstrativos contábeis a serem divulgados.

5.1 Considerações Finais

Sugere-se ao legislativo do município de Juina a criação de um selo de responsabilidade social, a exemplo do que vem ocorrendo em vários municípios brasileiros, o qual poderá ser concedido às empresas da região que desenvolvam ações que demonstrem a sua responsabilidade social. Estas ações precisarão estar evidenciadas no balanço social, segundo os critérios para a sua elaboração, conforme legislação própria.

REFERÊNCIAS

- Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/responsabilidadesocial/>> Acesso em: 02 de out. 2009.
- BERTI, Anélio. **Contabilidade Geral**. São Paulo – SP: Ícone, 2001.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: Monografia, dissertação e tese**. São Paulo – SP: Atlas, 2004.
- CECAFE. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Regulamento do selo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br/menu/entidade/Regmto%20do%20Selo%20Resp.%20Social%20&%20Sustentabilidade-26.09.03.doc>> Acesso em 02 de out. 2009.
- CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo – SP: Perason Prentice Hall, 2002.
- CFC. Conselho Federal de contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.
- Comissão Mista de Responsabilidade Social define datas para análise e premiação**. Disponível em: <<http://www.odocumento.com.br/noticia.php?id=305138>> Acesso em 20 de set. 2009.
- FAUR, Adriana Rodrigues.MACHADO,Vanessa Santana.FERNANDES, Leonardo Pitanga. MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson. SIQUEIRA, Araceli Cristina de Souza. Pensar Contábil. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. (25): agosto/out. 2004.
- FERREIRA, Aracéli Cristina2009. de Souza. SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo – SP: Atlas,2009.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.
- IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo – SP: Atlas, 1998.
- IUDICIBUS, Sergio de. MARTINS, Elizeu. GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo – SP: Atlas, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Responsabilidade Social – uma alavanca para sustentabilidade.** Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=34> Acesso em: 20 de set. 2009.

KROETZ, Cezar Eduardo Stevens. **Balço Social.** São Paulo – SP: Atlas, 2000.

_____. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.** Maio de 2001.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** São Paulo – SP: Atlas, 2004.

LEVEK, Andréa Regina H. Cunha. *et.al.* **A responsabilidade social e sua interface com o marketing social.** Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/a_responsabilidade_social.pdf> Acesso em: 25 de nov. 2009.

MARION, Jose Carlos : **Contabilidade Empresarial.** São Paulo – SP: Atlas,1989.

MATO GROSSO. **Lei 7.687 de 25 de junho de 2002. Cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/media/lei7687MT.pdf>> Acesso em: 26 de nov. 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral fácil.** 3.ed. – São Paulo:Saraiva, 2002.

_____. **Contabilidade Fácil.** 3. ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2002.

_____. **Contabilidade Básica Fácil.** 26. ed. São Paulo – SP: Saraiva,2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos. GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. VIEIRA, Patrícia dos santos Vieira. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas.** São Paulo – SP: Atlas, 2008.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade.** 2. Ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

SZUSTER, Natan. *et. al.* **Contabilidade Geral: Introdução à contabilidade societária.** São Paulo – SP: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social.** São Paulo – SP: Atlas, 2008.

TISSOT, Sirlei Tonello. O Balço Social como instrumento de avaliação das ações organizacionais. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. (137): 58-67, junho 2009.

TORRES, Ciro. (coord.). **Balço Social: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro – RJ: Ibase, 2008. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.tm/sid=2>> acesso em 12 de out. 2009.

_____. **Um pouco da história do Balço Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=3&sid=3>> Acesso em: 12 de out. 2009.

TORRES, Fabiano. SILVA, Fernanda Rosa da. Pensar Contábil. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. (39): janeiro/março 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Lei 8.118/1998



LEI Nº 8.118
de 05 de janeiro de 1998

Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Balanço Social é um instrumento que afere os resultados dos fatos sociais realizados pelas empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto no que diz respeito aos benefícios para seus empregados, quanto à comunidade a que estão vinculadas, no âmbito do Município de Porto Alegre.

Art. 2º O Balanço Social será composto pelos seguintes indicadores:

I – folha de pagamento bruta = valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

II – alimentação = restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

III – previdência privada = planos especiais de aposentadorias, fundações previdenciárias, complementações, benefícios aos aposentados;

IV – saúde = plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

V – educação = treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsa de estudos, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros gastos com educação e treinamento dos empregados;

VI – outros benefícios = seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados;

VII – impostos = taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

VIII – contribuições para a sociedade = investimentos na comunidade, nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, educação, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, sem fins lucrativos;

IX – investimentos em meio ambiente = reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação do meio ambiente;

X – número de empregados no final do período = número de empregados registrados no último dia do período;

XI – número de admissões durante o período = admissões efetuadas durante o período, especificando o número de homens e de mulheres, bem como a respectiva remuneração para a mesma função.

Art. 3º O Balanço Social deverá ser apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, até o dia 30 (trinta) de abril do ano seguinte, assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.⁽¹⁾

Art. 4º A empresa que apresentar o Balanço Social receberá da Câmara Municipal de Porto Alegre o Selo da Cidadania.

Parágrafo único. O Selo da Cidadania de que trata o *caput* deste artigo será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 05 de janeiro de 1998.

Raul Pont – Prefeito

Cezar Alvarez – Secretário Municipal de Administração.

(1) Artigo alterado pela Lei nº 8.197, de 22-07-98.

ANEXO B – Lei 11.440/2000.



LEI ESTADUAL Nº 11.440
de 18 de janeiro de 2000

Cria o certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o certificado Responsabilidade Social – RS – a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, às empresas e demais entidades com sede no Rio Grande do Sul que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto no "caput" as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o seu Balanço Social até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art.2º Para os fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§1º O Balanço Social de que trata o "caput" será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§2º Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta lei, outorgando-lhes o certificado Responsabilidade Social – RS.

Parágrafo único. O certificado Responsabilidade Social – RS, de que trata o "caput" deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º Dentre as empresas certificadas a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o troféu Responsabilidade Social – Destaque RS.

Parágrafo único. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha constarão:

I – Impostos – taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II – Folha de pagamento bruta – valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III – Condições de Trabalho – higiene e segurança do trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV – Alimentação – restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V – Saúde – plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI – Educação – treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII – Aposentadoria – planos especiais de previdência privada tais como, fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII – Outros benefícios – participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes, e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX – Contribuições para a sociedade – investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X – Investimentos em meio-ambiente – reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio-ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI – Número de empregados – número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII – Número de admissões – admissões efetuadas durante o período.

XIII – Políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais – descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão de idosos, deficientes físicos, e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o troféu Destaque RS.

Art.6º As despesas decorrentes da presente lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, a conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ANEXO C – Lei 7.687/2002.

LEI Nº7.687, DE 25 DE JUNHO DE 2002 - D.O. 25.06.02

Autores: Deputados Humberto Bosaipo, Riva e Eliene

Cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social -MT a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, às empresas, órgãos públicos e demais entidades com sede no Mato Grosso que apresentarem seu Balanço Social do exercício anterior.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso o seu Balanço Social até o dia 30 de março do ano seguinte referente ao Balanço anterior.

§ 2º O prazo de avaliação dos Balanços fica estipulado até o dia 30 de abril.

§ 3º Poderá a comissão de avaliação solicitar documentos para averiguação ou ir *in loco* conferir as informações contidas no Balanço Social.

Art. 2º Para fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício contábil, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade e um assistente social devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º Os dados financeiros constantes no Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos da lei, outorgando-lhes Certificado de Responsabilidade Social – MT.

Parágrafo único O Certificado de Responsabilidade Social – MT, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, onde serão divulgados os resultados.

Art. 4º Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque MT.

§ 1º Os troféus serão divididos por categoria da seguinte forma:

- 1 micro e pequena empresa;
- 2 média empresa;
- 3 grande empresa;
- 4 ONGs que desenvolvem projetos sociais;
- 5 ONGs que desenvolvem projetos culturais;
- 6 ONGs que desenvolvem projetos de turismo e meio ambiente;
- 7 ONGs que desenvolvem projetos educacionais;

8 órgãos públicos.

§ 2º Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

1. SETOR PRIVADO E ONGS:

I -impostos: taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II -folha de pagamento bruta: valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos

sociais;

III -condições de pagamentos: higiene e segurança do trabalho, número de acidentes detrabalho e número de reclamatória trabalhista;

IV - alimentação: restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com aalimentação dos empregados;

V -saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva,programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI -educação: treinamento, programa de estágio, reembolso de educação, bolsas deestudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com educação e treinamento de empregadose seus familiares;

VII -aposentadoria: planos especiais de previdência privada, tais como fundaçõesprevidenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII -outros benefícios: participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos,gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aosempregados;

IX -contribuição para a sociedade: investimentos na comunidade nas áreas de cultura,esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação;

X -defesa civil, pesquisa, obras públicas e outros gastos sociais na comunidade epreservação do meio ambiente, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas porseu quadro funcional ao trabalho voluntário;

XI - investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição, gastos com introduçãode métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meioambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XII -número de empregados: número médio de empregados no exercício (registrados noúltimo dia do período);

XIII - número de admissões: admissões efetuadas durante o período;

XIV -políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais:descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusãosocial através da admissão social dos idosos, deficientes e outros, no seu quadro funcional;

2 ÓRGÃOS

PÚBLICOS:

- Deverão ser considerados os itens acima, devendo ainda acrescentar os seguintes dados:

I - qual o tempo de espera do contribuinte para ser atendido;

II - ambiente de trabalho e sala de espera dos contribuintes;

III -prazo médio de retorno às consultas, requerimentos ou solicitações feitas pelos requerentes;

IV - espaço reservado para a comunidade fazer suas sugestões, críticas, anúncios,

etc;

V -pesquisa acerca das necessidades de cada bairro junto à sua comunidade, a fim de constar do orçamento como prioridades;

VI -se há guarda municipal, quantos estão lotados, onde estão localizados os postos de atendimento;

VII - quantos veículos atendem à guarda municipal, tipo;

VIII -quantas horas/aula de treinamento/aperfeiçoamento foram ministradas aos guardas municipais;

IX - número de telefones à disposição da comunidade para contato com a guarda;

X -número de empregados no final do período, discriminando os efetivos, comissionados e temporários; número de admissões durante o ano;

XI - número de empregados por sexo, idade, escolaridade, procedência;

XII - número de trabalhadores deficientes;

XIII -composição familiar dos servidores (número de membros da família, número e idade dos filhos), tipo de moradia (própria, aluguel, financiado);

XIV - existência de creches para filhos de servidores;

XV - programa preventivo de saúde física e mental para os servidores;

XVI - programas de estímulo para o lazer, esporte, cultura, através de associações ou clubes recreativos;

XVII -plano de saúde, previdência, assistência médica e odontológica para os servidores,inclusive terapias alternativas;

XVIII - seguro de vida atividades arriscadas;

XIX - alimentação (restaurante ou tíquete), transporte e educação para o trabalho;

XX -ambiente de trabalho: recursos humanos e materiais, com horas de trabalho aceitável e acesso às novas tecnologias;

XXI -capacitação, treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento, com a conseqüente valorização salarial;

XXII - remuneração condigna, informando o valor bruto da folha e encargos decorrentes;

XXIII - outras formas de desenvolvimento humano para os servidores e sua família;

2.1. Secretaria de Saúde:

I - número de hospitais municipais, com atendimento pelo SUS, indicando local, número de servidores (médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliar de enfermagem, coordenadores,diretores, motoristas, etc.), número de leitos, número de leitos por quarto, tipos de equipamentos, tipos de serviços prestados, quantas especialidades médicas;

II -número e endereço de postos de saúde; se há postos em bairros da periferia; quais especialidades médicas oferecem; se há atendimento odontológico, fisioterapia; vacinação permanente (quais);

III - quanto de medicamento foi distribuído pelos postos, quantos beneficiados;

IV -quantas pessoas atendidas (dia/mês) em cada unidade de saúde, discriminando o número de remoções para centros mais avançados;

V -quais as campanhas de vacinação foram realizadas; quantas crianças e adultos foram vacinados; quantas pessoas são vacinadas por dia nos postos de saúde (permanente);

VI -número de unidades móveis de saúde (médica e odontológica); valor de cada uma;quais serviços oferecem; quantas pessoas atendidas;

VII -número de ambulâncias, valor, quantos motoristas por veículo, quantas pessoas beneficiadas;

- VIII -quantidade e tipos de equipamentos à disposição da saúde (máquinas de Raios-X,endoscopia, ultra-sonografia, etc.);
- IX -Programa de Saúde Familiar: quantas casas foram visitadas e quantas pessoas beneficiadas; qual o período da visita;
- X -campanhas de saúde preventiva, *banner's* e palestras de orientação sobre doenças contagiosas e outras, tais como: DST, Aids, Cólera, Dengue, Tabagismo, Alcoolismo,Drogas, etc;
- XI - qual o percentual (%) aplicado na saúde;
- XII - número de estação de tratamento de água, endereço;
- XIII - quantas residências e famílias têm acesso à água tratada;
- XIV -quantas campanhas de esclarecimento para não poluição dos rios e economia de água tratada pelos usuários;XV - ações de prevenção e/ou limpeza de rios que abastecem a cidade;
- XVI -quantos metros de esgoto sanitário foram executados, onde, quantas famílias beneficiadas;
- XVII - implantação e atuação do Conselho de Saúde;
- XVIII - outros;

2.2. Secretaria de Educação:

- I - número de escolas municipais, com o endereço de cada uma (urbanas e rurais);
- II -quantas salas de aula e a capacidade de cada uma, totalizando quantos alunos foram atendidos, por faixa etária;
- III -se as escolas atendem à chamada, ou seja, quantos alunos procuram vagas e quantos foram matriculados;
- IV -Censo Escolar: quantas crianças matriculadas, quantas repetiram e quantas evadiram,por faixa etária;
- V -número de professores, discriminando por sexo, idade, os leigos, a habilitação(magistério, licenciatura plena, pós-graduados);
- VI - número de professores por aluno (relação);
- VII -se a remuneração é condigna e atende ao piso básico e ao Plano de Carreira do Magistério;
- VIII - qual o percentual da receita do FUNDEF aplicado na remuneração do magistério;
- IX -se foi oferecido curso de capacitação para professores efetivos leigos, quantos foram beneficiados, quais cursos; valor;
- X -cursos de aperfeiçoamento/reciclagem para professores; quantos foram beneficiados;valor;
- XI - qual o percentual (%) da receita de impostos e transferências aplicados na educação;
- XII -salas de aula com condições adequadas de trabalho e aprendizado: temperatura,luminosidade, móveis, equipamentos, materiais pedagógicos, quadro de giz e seus complementos;
- XIII -prédio escolar em condições adequadas para prestar atendimento aos alunos: salas,bibliotecas, quadras de esporte, campos esportivos, água tratada, sanitários, etc;
- XIV -número de equipamentos de audiovisual por escola: computadores, retro projetores,televisão, vídeo, etc;
- XV -quantos ônibus servem ao transporte escolar; quais rotas; quantos alunos foram atendidos;
- XVI - quantas bibliotecas, endereço, acervo;

- XVII - quantas crianças são atendidas diariamente com a merenda escolar;
- XVIII - quantos quilos e tipo de alimentos foram oferecidos na merenda escolar;
- XIX - alimentação escolar: indicar valor dos recursos federais e próprios;
- XX - quantas unidades executoras receberam recursos do PDDE; o que foi adquirido com esses recursos;
- XXI - quantos convênios foram realizados; objeto e valor de cada um; execução;
- XXII - Bolsa-Escola: quantas famílias foram beneficiadas, quantos alunos foram atendidos;
- XXIII - implantação e atuação dos Conselhos (de Educação, do FUNDEF, do PNAE);
- XXIV - outros;

- 2.3. Obras e Serviços Públicos:
- I - quantos metros de asfalto foram executados; quais ruas e avenidas; quantos beneficiados;
 - II - quantas casas populares foram construídas, quantas foram entregues; informar local; quantas famílias beneficiadas;
 - III - quantos caminhões de lixo são utilizados na limpeza pública; quantas famílias beneficiadas com a coleta de lixo;
 - IV - quantos servidores trabalham na limpeza pública (ruas, praças...);
 - V - quantas empresas e suas respectivas frotas (número de ônibus) atendem ao transporte coletivo; se atendem à demanda; número de usuários; rotas (bairros atendidos);
 - VI - se há abrigo em todas as paradas de ônibus;
 - VII - se há rodoviária e aeroporto;
 - VIII - quantos quilômetros de estradas vicinais foram abertos ou mantidos; quais (onde);
 - IX - quais obras foram realizadas: local, área construída, valor, objetivo, quais e quantos foram beneficiados;
 - X - espaço para feiras, beneficiados;
 - XI - manutenção da iluminação pública; quais ruas não foram atendidas;
 - XII - outros.

2.4. Assistência Social:

- I - quantas famílias comprovadamente carentes são cadastradas;
- II - quantas foram beneficiadas; que tipo de assistência social foi prestada;
- III - quantas e quais campanhas foram desenvolvidas, quantos beneficiados;
- IV - quantas cestas básicas foram entregues;
- V - quantos litros de leite foram distribuídos;
- VI - atendimento a deficientes: centro de reabilitação equipado;
- VII - quais os tipos de deficiência são atendidos; quantos foram atendidos diariamente;
- VIII - centros comunitários, de convivência de idosos, com atividades como: trabalhos manuais, danças, pinturas, terapias e outros;
- IX - programas de assistência à criança de rua: quantos foram encaminhados a escolas, grupos de recuperação que desenvolvem ações através do esporte, dança, teatro, música; quantas famílias foram atendidas/orientadas;
- X - atuação do Conselho Tutelar na orientação de crianças e adolescentes; quantas crianças foram atendidas; qual o trabalho realizado junto às famílias; quais os resultados.

Art. 5º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, constituirá uma comissão mista, composta por: um representante da Assembléia Legislativa, um representante da classe contábil, um representante do comércio, um representante da indústria, representantes das ONGs, sendo um por seguimento para análise da responsabilidade social das empresas, organizações não governamentais e órgãos públicos.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 25 de junho de 2002.

as) JOSÉ ROGÉRIO
SALLES Governador do
Estado

ANEXO D – Modelo Balanço Social MPE

Balanço Social Anual da MPE / 2008

1. Identificação						
Nome da empresa						
Atividade econômica: <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Agronegócio Opção ao Simples? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal						
2. Indicadores econômicos		2008		2007		
	Valores em R\$	% sobre o FB		Valores em R\$	% sobre o FB	
Faturamento bruto (FB)						
Impostos e contribuições						
Folha de pagamento e encargos sociais						
3. Indicadores sociais internos (Investimentos sociais para funcionários(as) - ver instruções)		Valores em R\$		Valores em R\$		
Alimentação						
Saúde						
Segurança no trabalho						
Educação/alfabetização, ensino fundamental, médio ou superior						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creche ou auxílio-creche						
Outros						
Total dos Investimentos sociais Internos						
4. Indicadores sociais externos (Investimentos na comunidade - ver instruções)		Valores em R\$		Valores em R\$		
		% sobre o FB		% sobre o FB		
Gastos com filantropia/doações (financeiras, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		
Investimentos e incentivos ao voluntariado		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		
Investimentos em cultura/projetos culturais e/ou artísticos		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		
Investimentos em educação/alfabetização		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		
Outros		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____ Nº entidades beneficiadas _____		
Total dos Investimentos sociais externos (R\$ e % sobre RB)						
5. Indicadores do corpo funcional		2008			2007	
		Empresário(a) /Sócio(s)(as)	Empregados(as)	Nº Total	Empresário(a) /Sócio(s)(as)	Empregados(as)
Nº de pessoas que trabalham na empresa (em 31/12)						
Nº de admissões e novos(as) sócios(as) no período						
Nº de demissões e saídas no período						
Nº de pessoas beneficiadas com o primeiro emprego						
Nº de estagiários(as) durante o período						
Nº de pessoas com grau de parentesco com os(as) sócios(as)						
Nº de pessoas não-alfabetizadas						
Nº de pessoas acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
Nº de pessoas da MPE realizando trabalho voluntário na comunidade						

Realização



Apelo



6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008	metas 2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
A empresa costuma ouvir os(as) funcionários(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, sem data definida <input type="checkbox"/> Sim, periodicamente com data definida	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, sem data definida <input type="checkbox"/> Sim, periodicamente com data definida
Existem medidas concretas em relação à segurança, à saúde e para garantir um bom ambiente de trabalho na empresa?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, fornecendo equipamentos <input type="checkbox"/> Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, fornecendo equipamentos <input type="checkbox"/> Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos
A empresa estimula a educação básica, ensino médio e superior (supletivo ou regular) dos(as) funcionários(as)?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para os(as) sócios(as) <input type="checkbox"/> Sim, para todos(as)	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para os(as) sócios(as) <input type="checkbox"/> Sim, para todos(as)
A empresa adota como prática selecionar/contratar pessoas nas comunidades próximas?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, parte do corpo funcional <input type="checkbox"/> Sim, todos(as) os(as) funcionários(as)	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, parte do corpo funcional <input type="checkbox"/> Sim, todos(as) os(as) funcionários(as)
A empresa adota uma política regular de participação nos lucros ou resultados?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para algumas pessoas <input type="checkbox"/> Sim, para todos(as)	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para algumas pessoas <input type="checkbox"/> Sim, para todos(as)

7. Outras informações

Instruções para o preenchimento

REALIZAÇÃO - Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos, ações sociais e ambientais (internas e externas) efetivamente realizadas pela Micro e Pequena Empresa (MPE). Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa.

2. INDICADORES ECONÔMICOS - Faturamento Bruto (FB) Total das vendas, receitas do ano - faturamento bruto anual, conforme o valor oficial declarado | **Impostos e Contribuições Total** em R\$ e o percentual sobre o Faturamento Bruto das taxas, impostos, tributos e contribuições obrigatórias pagas pela empresa durante o período | **Folha de pagamento e encargos sociais** Valor em R\$ e o percentual sobre o Faturamento Bruto dos gastos totais com a folha de pagamento (+ férias + 13º salário etc) mais os gastos com encargos sociais compulsórios: INSS (patronal + empregado) e com o FGTS.

3. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (Investimentos nos(as) funcionários(as)) - Neste campo devem constar as ações, benefícios e investimentos que a MPE realiza para seus(as) funcionários(as). Os itens aparecem como sugestão. Outras sugestões são: saúde e segurança no trabalho, investimentos em cultura, projetos ambientais/meio ambiente interno e participação nos lucros ou resultados. Contudo, o importante é que os benefícios e ações sejam pensados, discutidos e escolhidos a partir de um processo participativo envolvendo todos(as) funcionários(as) e empreendedores(as) | **Alimentação** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta de gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as) | **Saúde** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta dos gastos com plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com a saúde de funcionários(as), inclusive dos aposentados(as) e dependentes | **Educação** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta dos gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação de trabalhadores(as) e empreendedores(as) | **Cultura** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta de gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras) | **Capacitação e desenvolvimento profissional** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta dos recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluída a remuneração) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida pelos empregados(as) e empreendedores(as) | **Creches ou auxílio-creche** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta dos gastos em creche no local de trabalho ou auxílio-creche aos empregados(as) | **Outros benefícios** Valor e percentual sobre o total da Receita Bruta dos gastos em seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios voluntários oferecidos aos(as) empregados(as) podem ser aqui enumerados.

4. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (Investimentos na comunidade) - Neste campo devem constar as ações, projetos e investimentos que a MPE realiza para a comunidade e a sociedade em geral (ações externas). Os itens aparecem como sugestões. Outras sugestões são: investimentos em meio ambiente e ecologia, em projetos esportivos, em lazer para a comunidade, doação de produtos e/ou serviços, apoio e participação em ONGs, participação e apoio aos conselhos municipais. Contudo, o importante é que os investimentos e as ações sejam pensados, discutidos e escolhidos a partir de um processo participativo envolvendo as comunidades beneficiadas, funcionários(as) e o(a) empreendedor(a). Descrições, qualificações e informações adicionais devem aparecer no item (7), Outras informações. | **Incentivos ao voluntariado** Este item refere-se ao custo total para a empresa liberar o(a) funcionário(a) para participar de ações voluntárias durante o expediente e programa de incentivo ao voluntariado. Colocar também o número de pessoas e organização beneficiadas | **Total das contribuições para a sociedade** Valor total e o percentual do total dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados sobre a Receita Bruta. Os itens na tabela aparecem como indicação de alguns setores onde a empresa deve investir, porém podem aparecer aqui somente os investimentos e contribuições que a MPE realiza regularmente (ação focalizada em educação, por exemplo).

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL - N° de negros(as) que trabalham na empresa Considerar como pessoas negras o somatório de indivíduos autodeclarados/autoclassificados com cor de pele 'preta' e 'parda' (conforme a MPE declarou na RAIS). Este e outros itens do corpo funcional referem-se à diversidade no ambiente de trabalho. Desta forma, se for o caso, considerar também a realidade local para os povos indígenas.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES - Relação entre a maior e a menor remuneração Resultado da divisão da maior remuneração pela menor.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES - Este espaço está disponível para que a MPE agregue outras informações importantes quanto ao exercício da cidadania corporativa. Cabe lembrar que pequenas ações podem ter grandes impactos, o que torna importante descrever as atividades e os impactos sociais das ações realizadas e fornecer outras informações qualitativas.